

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no **Salão Ferreira de Castro, da Junta de Freguesia de Ossela**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares – Primeiro Secretário** e **Maria Isabel Santos Barbosa – Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

- 1- **1º Período de intervenção do Público** =====
- 2- **Informações gerais** =====
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia** =====
- 4- **Período da Ordem do Dia** =====
- 5- **2º Período de intervenção do Público** =====

Pontos da Ordem do Dia:

===== **Ponto um:** Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2018; =====
 ===== **Ponto dois:** Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9º da Lei n.º33/98, de 18.07; =====
 ===== **Ponto três:** Designação de cidadão/ã para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, em substituição de Ana Neves; =====
 ===== **Ponto quatro:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====
 ===== **Ponto cinco:** Pedido de criação de um lugar de estacionamento para deficientes motores no Bairro de Lações – Rua Dr. Silva Lima – Oliveira de Azeméis - Aprovação; =====
 ===== **Ponto seis:** Alteração de Postura de Trânsito da Avenida César Pinho, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====
 ===== **Ponto sete:** Sinalização vertical para a Rua da Cabine, S. Roque – Aprovação; =====
 ===== **Ponto oito:** Sinalização vertical para a Rua Visconde Almeida Garrett, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====
 ===== **Ponto nove:** Pedido de sinalização vertical para os entroncamentos com as Ruas José M.ª Pinto, N.ª S.ª Nazareth e Pedro M.ª da Fonseca – S. Riba-Ul – Aprovação; =====
 ===== **Ponto dez:** Prioridade de passagem na Rua da Vidigueira – Loureiro - Aprovação; =====
 ===== **Ponto onze:** Pedido de Isenção de pagamento de taxas, no valor de 2352,39€ – Aprovação; =====
 ===== **Ponto doze:** Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação. =====

===== **Ponto treze:** *Procedimento de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal - Versão final da Proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal à Assembleia Municipal – Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, José Ramos Silva, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira;* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Ana Rita Costa, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Filipa Lopes de Pinho, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== **Independente:** *Pedro Miguel da Silva Moreira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Ramos Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Márcia Oliveira Gomes; Ana Rita Costa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Carlos Manuel Costa Gomes; Pedro Miguel da Silva Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, Augusto Moreira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Rosa Maria de Castro Rodrigues (PS) e Liliana Marisa Pinto da Silva (PSD).* =====

===== *A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando:* =====

===== *“Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Senhores funcionários da Câmara, Público aqui presente e Convidados. Vamos dar início à Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2018 e antes de dar início à Ordem de Trabalhos, quero agradecer a recepção ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia a quem passo a palavra.”* =====

===== *“A todos um bom dia. Uma saudação especial à Sra. Dra. Helena Santos, Presidente desta Assembleia e Secretários, ao Sr. Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge e a todos os Vereadores, membros desta Assembleia, funcionários Camarários, senhores jornalistas e público presente. Quero agradecer em nome dos Osselenses pelo facto de nos terem dado o privilégio de termos cá uma Assembleia Municipal. Obrigada Sra. Presidente. Ossela é a maior Freguesia do nosso Concelho 17,89 km² de área. A sua paisagem rural e o Rio Caima*

fazem desta terra uma das mais belas de toda a região. Apesar da sua ruralidade, a freguesia possui boas ligações rodoviárias para as cidades vizinhas. Ossela é conhecida no mundo inteiro pelo facto de ser a terra natal do imortal escritor Ferreira de Castro. É um orgulho para nós Osselenses, o seu livro “A Selva” ser uma das 10 obras mais lidas no Mundo. Ossela é uma das mais antigas freguesias de Portugal, sendo já paróquia no tempo dos Godos. Com o rio Caima a seus pés, que lhe dá um encanto especial, Ossela tem um passado de agricultura, mas atualmente, já se encontram a laborar aqui unidades fabris de média e grande dimensão, principalmente na metalomecânica. A nível de Turismo pode visitar-se a Casa-Museu Ferreira de Castro e a Biblioteca do escritor de “A Selva”. Merecem destaque, as Capelas do Mosteiro, do Senhor da Fonte, de São Frutuoso, das Senhoras da Lapa e da Graça. Os núcleos rurais de Bustelo do Caima e do Carvalhal, bem como o núcleo urbano da Igreja. A área natural do Pedregulhal, o belíssimo Vale do rio Caima, a paisagem salpicada pela vinha de enforcado e o Castro de Ossela (Imóvel de Interesse Público) merecem também uma observação atenta. O artesanato mais relevante e característico desta terra foi o denominado “Barro Negro”, trabalhado pelos Pucareiros de Ossela que desapareceram há já vários anos sem deixar continuadores. Desempenhou também um papel importante, a tecelagem e o linho, artes também já desaparecidas. Hoje não podemos esquecer a cerveja artesanal “Vadia”, no seu ramo a mais premiada tanto a nível interno como externo e a Indústria dos Lacticínios, com os seus maravilhosos queijos, também a broa e o pão com canela, o mel e outras iguarias. Um papel, também importante a destacar, o Turismo Rural com algumas unidades já entre nós. Isto é Ossela, sejam bem-vindos.” =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====
===== “Muito obrigada Senhor Presidente, sem dúvida que Ossela é uma freguesia lindíssima. Antes de passar ao ponto seguinte desta sessão, pedia autorização aos elementos da Assembleia para invertermos, excecionalmente, a Ordem de Trabalhar e passar ao ponto dois, a Tomada de Posse dos Elementos do Conselho Municipal de Segurança atendendo a que são muitas pessoas. Tenho todo o gosto que continuem a assistir à sessão, e até vos convido a estarem presentes na Assembleia Temática, hoje à tarde, mas também compreendo que poderão ter outros compromissos, e até chegarmos ao ponto 2 irá demorar algum tempo. Uma vez que ninguém se opõe, passamos então à Tomada de Posse.” =====

*===== **Ponto dois: Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9º da Lei n.º33/98, de 18.07;** =====*

*== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==*

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====
===== “Obrigada a todos, como já havia dito, estão todos convidados a continuar assistir à Assembleia e à Sessão temática da tarde. Vamos dar continuidade à Ordem de Trabalhos desta Sessão. Vamos dar início à 1ª Intervenção do Período do Público.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de António Manuel Moreira de Pinho, Ana Patrícia Sousa Almeida, Joaquim Oliveira, Tavares Ribeiro e Manuel Londreira. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Manuel Moreira de Pinho**. =====

===== “Bom dia. Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa todos os presentes. Hoje venho aqui falar de atletismo, a minha paixão. Como é do vosso conhecimento, o atletismo é uma modalidade que vem dos primórdios da Humanidade. As primeiras especialidades do atletismo: corrida, marcha e o lançamento do dardo que está associado à caça, foram-se desenvolvendo com a civilização Romana e Grega. A título de curiosidade e no que toca à Civilização Grega, uma das modalidades do atletismo que é a maratona, corresponde ao percurso que um dos soldados gregos fez desde a cidade de Maratona até Atenas, e que dista 42 km 195m, corresponde à distância da maratona atual. Mais tarde aparecem as olimpíadas da Era Moderna, no final do séc. XIX até aos dias de hoje. Toda a gente reconhece que o atletismo é a modalidade rainha dos Jogos Olímpicos. Não sou eu que o digo, são os especialistas em desporto. Julgo que não estou equivocado, mas a única atleta do concelho de Oliveira de Azeméis, a estar presente numa olimpíadas foi a Cátia Azevedo, uma atleta formada por um clube e treinador do nosso concelho. A modalidade em Portugal aparece organizada em 1921 e no concelho de Oliveira de Azeméis, as primeiras notícias surgem em 1932 com a organização de provas de atletismo no antigo campo de futebol da União Desportiva Oliveirense. Depois nos anos 40, surge a Escola Livre e por aí fora. É a União Desportiva Oliveirense que de uma forma intermitente vai desenvolvendo a modalidade e nos finais dos anos 70, o atletismo foi impulsionado por empresas como a Oliva e a Molaflex que apoiaram vários atletas. Nessa altura, destaca-se um nome de São Martinho da Gândara, o Presidente da Junta chegou a ser campeão nacional no lançamento de peso. Depois nos anos 60 a Oliveirense também volta a estar em força pelas mãos de atleta que tinha estado a representar Estarreja (na altura era uma das melhores equipas) o Prof. Manuel Augusto Marques, e que foi quem apoiou o atletismo na Oliveirense durante muitos anos. Mais tarde viria a formar a equipa da Oliveirense com atletas das várias freguesias do nosso Município. Nos anos 80, surgem várias equipas, inclusive a primeira campeã nacional do nosso Município, do grupo desportivo de Santiago Riba-Ul. Nos anos 80 existe uma equipa chamada Dragões de Azeméis que esteve durante vários anos em primeiro lugar a nível nacional. Pela mesma altura, nasce em Cucujães um grupo de atletismo que começa a organizar um torneio concelhio que englobava todos os grupos existentes em Oliveira de Azeméis: o Bustelo; o Riba-Ul; os Dragões de Azeméis, e aqui quero referir o nome do Armando Silva que foi o grande impulsionador da equipa e da Cristina Duarte, campeã nacional que infelizmente partiu na semana passada. Havia mais clubes, um de Macieira de Sarnes pelas mãos do Armando e do Carlos Santos, Nogueira do Cravo pelo saudoso João Lopes, entre outros. Nos anos 90 o Núcleo de Atletismo de Cucujães começa a tomar conta do atletismo a nível distrital, foi campeão durante nove anos, estando presente

durante quatro anos na primeira divisão nacional e competindo com as melhores equipas, o Benfica, o Sporting, etc. Provavelmente estou a esquecer alguma coisa, mas este historial todo é só para mostrar a tristeza de alguém que está ligado ao atletismo há 45 anos. O que quero dizer, é que todos os territórios de Oliveira de Azeméis tiveram atletas ou clubes de atletismo e lamento profundamente que o atletismo não esteja incluído no documento onde estão inscritas as normas de apoio ao desporto aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal. O atletismo não tem acesso a uma das quatro áreas que estão inscritas no documento, nomeadamente a da representatividade. Não se consegue compreender, não é a mim que estão a prejudicar, mas à juventude que eu pedi para estar aqui presente. Alguns deles, provavelmente nem sabiam qual o funcionamento de uma Assembleia Municipal, e estão aqui no sentido da cidadania, para apreenderem como é que estas coisas funcionam. É por eles que nós lutamos. Estão aqui alguns dirigentes de uma associação, o Núcleo de Atletismo de Cucujães, e não posso deixar de frisar que fomos campeões nacionais da 2ª divisão. Posso dizer-vos que cada divisão tem oito equipas e nós somos a 9ª equipa nacional de atletismo. Acho que se está a cometer uma injustiça tremenda ao não se colocar a modalidade atletismo, nesse quadro de representatividade. Se calhar tinha muitas outras coisas para dizer, mas não vale a pena, acho que o essencial era deixar aqui esta mensagem e fazer com que cada um analise esta situação. Será sensato deixar o atletismo fora deste quadro de apoio? Muito Obrigado.” =====

*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

===== “Muito dia a todos. Cumprimentar em primeiro lugar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, os meus colegas do Executivo, Senhores Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e naturalmente de forma mais particular o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, a quem agradeço a hospitalidade. Dizer-lhe que é com muito gosto que estamos nesta freguesia de rara beleza. Uma freguesia com grande património natural, uma freguesia que vê na sua ruralidade a sua maior potencialidade, isto não deixa de ser curioso. Estamos em terra de Ferreira de Castro, em terra do Rio Caima que serpenteia esta freguesia e lhe trás apontamentos naturais de grande beleza. Dizer-vos também, que por ventura a maior riqueza de Ossela é a resiliência das suas gentes, e portanto para todos os Osselenses um forte abraço. Cumprimentar todo o público aqui presente, cumprimentar a Comunicação Social e todas as pessoas que se deslocaram até esta Assembleia Municipal para tomar posse como membros do Conselho Municipal de Segurança. Agradecer naturalmente, a vossa disponibilidade para integrar este órgão que é absolutamente fundamental. Em relação à primeira intervenção: O regulamento que foi apresentado é um regulamento que visa pela primeira vez no nosso Município definir critérios de equidade. Ou seja, as pessoas passam a saber o que é que regula os subsídios que vinham sendo atribuídos. O facto de nós termos um regulamento foi sempre explicado, consta das atas, é um documento que constitui um ponto de partida, evolutivo, que receberá um conjunto de contributos. Nós percebemos bem a importância do NAC, a importância concelhia, regional e até nacional.

Conhecemos bem a qualidade do trabalho que é desenvolvida pelo NAC e os resultados que têm alcançado ao longo destes anos. Não nos passaria pela cabeça que o atletismo, assim como outras modalidades que não constam aqui (o hipismo, o xadrez, automobilismo ou qualquer outra) não tivesse apoio. Aliás deixem que vos diga: o NAC foi a terceira coletividade do concelho mais apoiada por este Executivo. Recentemente recebeu um apoio extraordinário de 27.500€, para fazer face a uma dificuldade. Portanto, de forma clara Senhor António Pinho, naturalmente estaremos disponíveis (não se aplica só ao NAC mas a todas as coletividades do nosso concelho) para ouvirmos aquilo que têm para nos dizer e dentro da medida das nossas possibilidades, sempre num quadro de transparência e equidade, faremos os apoios que têm que ser feitos. Portanto, isto não se trata de um regulamento contra o atletismo ou a qualquer outra modalidade, muito pelo contrário. Trata-se de um regulamento de atribuição de subsídios que define critérios rigorosos que permitem perceber porque é que a coletividade/clube desportivo A recebe isto e o B recebe aquilo. Temos introduzido critérios, e julgo que todos gostamos de gerir e perceber as coisas com total transparência. É um documento que vai ceder muitos contributos, é um documento que foi desenvolvido em meia dúzia de meses, é um passo substancial, e relembro que nós andamos há mais de dez anos à espera de um documento regulador de atribuição de subsídios. Em meia dúzia de meses apareceu um documento que poderá não ser perfeito, mas as regras estão lá, claras e podem ser discutidas. Recebemos contributos de Vereadores que têm conhecimento em matéria de desporto. Este documento resulta desse trabalho, e naturalmente, tenho que o agradecer. O documento não está fechado, ele vai evoluir e vamos procurar que este regulamento não se resuma, exclusivamente, aos subsídios de natureza desportiva. Queremos que ele inclua também subsídios de outra natureza, por exemplo, a associações que desenvolvem atividades na área da cultura. O que importa é que deixemos esta mensagem clara de que todas as modalidades estão incluídas. Não é pelo facto de elas ainda não constarem neste regulamento que não lhe daremos a devida atenção e o apoio que nos merecem. Todos nós queremos que os nossos jovens pratiquem desporto. Exatamente por esta preocupação, é que nós duplicámos o valor que era atribuído à formação. Nós atribuíamos 30€ por cada atleta federado, agora concedemos 60€ por cada atleta. Se isto não é apoiar o desporto do concelho e as nossas coletividades, então eu não sei que vos diga. Na última reunião de Câmara, foram aprovados cerca de 115 mil euros de apoios a coletividades desportivas do nosso concelho e contratos programas de desenvolvimento desportivo (para balneários, pisos, muros) para fazer face às necessidades das nossas coletividades. Este é um caminho que se faz caminhando. É um caminho que se faz com determinação, rigor, gestão e planeamento.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra à Senhora **Ana Patrícia Sousa Almeida**. =====

=====
 ===== “Bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, perdoem-me alguns formalismos, uma vez que é a primeira vez. O meu nome é Ana Patrícia Sousa Almeida, estou em Carregosa há 13 anos e há 7 anos que me dediquei à educação (depois de ser mãe). Tinha

aqui alguns pontos para referir, não vou referir um deles, porque queria agradecer pessoalmente ao Senhor Vereador pela resposta pronta que deu e que assim continue, muito obrigada. Um outro assunto: eu tenho acompanhado o ensino e o modelo de gestão adotado, tenho tido oportunidade de ir a palestras e ações de formação a nível distrital (Aveiro). Tive, também a oportunidade de estar numa sessão de esclarecimentos sobre o modelo que o antigo executivo adotou e tive oportunidade de intervir e a minha intervenção, hoje, vai ser exatamente igual. Os nossos filhos vão nos colocar num lar futuramente. Como eles nos vão tratar no futuro vai depender da educação que nós lhes damos agora. Se ficar mais barato ficar num lar e sermos alimentados por uma sonda sem qualquer valor humano, porque nós lhes ensinamos esses valores, de certeza que é isso que eles vão fazer. Na altura eu tive conhecimento da opinião sobre esse modelo, não peço a este executivo que mude simplesmente a sua opinião quanto ao modelo adotado. Peço sim, que ouçam os alunos, as escolas, as associações de pais que não estavam assim tão isentas de responsabilidades do modelo adotado. Ouçam a comunidade, aqueles que estão diretamente ligados à educação. Não vamos criar erros por termos feito experiências. Vamos fazer experiências, porque temos que evoluir. Mas vamos tentar melhorá-las com base no que aconteceu no passado. Não é uma crítica mas sim um alerta. Outra questão ligada à educação: na semana passada tivemos uma Assembleia de Freguesia em Carregosa, peço desculpa à Senhora Presidente da Junta, mas como já era a segunda vez que tinha alertado para o assunto, resolvi ser eu a lembrar. Não querendo ultrapassar hierarquias, em 2016 se não me engano, a Junta de Freguesia de Carregosa, em Assembleia de Freguesia aprovou um Patrono para a EB 2,3 de Carregosa e que depois foi reencaminhado para a Câmara de Oliveira de Azeméis. No entanto, penso que o atual executivo da Junta de Freguesia de Carregosa poderá ter em mente outro nome para o lugar e se calhar vamos ter que voltar à estaca zero. Chamava à atenção para esta situação. Era importante termos um patrono para a nossa escola. Aproveito para relembrar que está a decorrer o Orçamento Participativo de Portugal, temos muitos projetos em Oliveira de Azeméis. Faço parte dum e não vou pedir voto para o projeto em que estou inserida, mas pedia que até 30 de setembro, acedam ao site e vejam os projetos oliveirenses, votem em projetos oliveirenses. Por último um convite: estão a decorrer as festas em honra de São Miguel e da Nossa Senhora da Guia, festas das quais nos orgulhamos. Relembro que no ano passado tive a oportunidade de vos receber, na qualidade de representante da Comissão de Festas. Temos muito gosto em voltar a receber-vos durante este fim de semana. Senhor José Santos muito obrigado pela sua hospitalidade, espero vir a recebê-lo em Carregosa. Gostava ainda de parabenizar toda esta dinâmica das assembleias descentralizadas. Obrigada.”

*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.*

“Nós não temos nenhum modelo de educação definido para o concelho, queremos é um ensino de qualidade. Quando falamos de descentralização de competências, uma matéria que vai estar em cima da mesa muito brevemente, como sabem, aquilo que pretendemos é que

essa transferência de competências não se faça entre patamares do poder central e o poder local, mas que se faça do poder central para a comunidade educativa. Na comunidade educativa, naturalmente estará a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Nós temos, em relação a essa matéria, ideias muito claras e há muitos anos que defendemos a mesma coisa num registo de total coerência que queremos manter para o futuro. Nós queremos educar os nossos jovens hoje, para não termos que os punir no futuro. Não defendemos o modelo de crianças super-homem, o que defendemos, são crianças sensíveis, crianças que tenham respeito pela vida e dignidade humana. Aquilo que nós queremos é que as nossas crianças não sejam auto suficientes, queremos que elas sejam na primeira fase da sua vida dependentes dos pais, dos avós, da comunidade. Elas têm que interiorizar esse sentimento para um dia mais tarde terem disponibilidade para nos apoiar a nós numa altura da nossa vida em que precisemos. Nessa matéria, aquilo que nós desejamos é que todos sejamos contribuintes ativos para o ensino de qualidade e para que tenhamos oportunidade de formar melhores cidadãos. Este é o nosso compromisso, é essa a nossa disponibilidade, é isso que vamos fazer enquanto tivermos à frente dos destinos da autarquia de Oliveira de Azeméis e com responsabilidades nesta matéria da educação. O diálogo tem sido permanente, a nossa disponibilidade para falarmos de educação que é uma matéria fundamental para o desenvolvimento do concelho, é total. Faremos este caminho de forma tranquila e segura, falando com toda a comunidade educativa e definindo as políticas que implementaremos no nosso concelho. Em relação ao Orçamento Participativo de Portugal, acho que fez bem em ter feito alguma campanha, não pediu para votar em si, mas ficou subjacente a mensagem. Portanto se o projeto for bom, e eu acho que é bom, devem votar em si. Quanto ao convite que nos fez de participarmos nas festas de São Miguel e da Nossa Senhora da Guia, se tivermos a possibilidade com todo o gosto lá iremos, como fomos no ano passado.” =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Joaquim Oliveira**. =====

===== *“Muito bom dia. Serei o mais breve possível. O que me trouxe cá foi um acontecimento que se sucedeu no aglomerado populacional dos Salgueiros a 14 de março. No aglomerado populacional dos Salgueiros, existe um caso que deve ser corrigido urgentemente. Existe lá no terreno pinheiros e cedros com a altura aproximada de oito metros, as copas tocavam-se umas nas outras e estão em cima da casa do proprietário do terreno. Ao lado existem outras casas e nada tem sido feito. No dia 14 de março o que é quê aconteceu? Um rancho do pinheiro caiu e podia ter causado descargas elétricas. Temos o exemplo do que aconteceu desde Oliveira do Hospital até Vouzela. Eu próprio vivi essa situação de 15 de outubro. Felizmente apenas se partiram os vidros das minhas janelas. Perante a insistência que tenho feito na Junta, e ao que a Junta me diz que tem feito na Câmara, até agora tem sido tratado verbalmente e nada tem sido feito. Este aglomerado fica na Rua Ferreira de Castro e antiga estrada nacional.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====
 “*Senhor Joaquim Oliveira: desconheço o caso e vou pedir que o avaliem. Só para terem a noção da dimensão do problema, deixo a seguinte nota: Nós de 2018 e até ao momento, com a equipa de intervenção florestal, sapadores florestais e Juntas de Freguesia, conseguimos intervir em 55 dos 16.100 hectares que temos no nosso território. Gastamos 250 000€ de forma objetiva e direta. Eu quero que vocês fiquem com este número para perceberem a nossa realidade. É evidente que nem todo o nosso território é mancha florestal, mas é uma parte substancial. Temos uma mancha florestal com mais de 100.000 hectares. É uma tarefa complexa e casos como o do Senhor Joaquim existem, infelizmente, vários no nosso concelho. Agora temos que olhar para os casos e perceber quais deles é que constituem mais perigo para a população e temos a obrigação de encontrar uma solução. Vamos procurar perceber aquilo que pode ser feito para acudir ao relato que o senhor nos fez, porque muitas vezes aquilo que nós pensamos que deve ser a intervenção, não é aquilo que a lei determina. Mas há um conjunto de regras que estão definidas e que nós devemos fazer respeitar. Fica aqui o meu compromisso de junto dos serviços e da Senhora Vereadora, olharmos para o problema que relatou e fazer a intervenção que corresponde àquilo que a lei permite.*” =====

=====
 A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Tavares Ribeiro**. =====

=====
 “*Bom dia a todos. Sem os demais protocolos, considerem-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente. Estamos em Ossela, e não podia deixar de falar em Ferreira de Castro. Naturalmente, sentimo-nos honrados por Ossela ser a “terra mãe” de Ferreira de Castro. No meu entender, Ferreira de Castro merecia um tratamento ainda mais diferenciado do que o que tem tido. Ferreira de Castro, pela sensibilidade e experiência própria pretendeu contribuir com património literário que pudesse servir cultura e saber, especialmente às gerações mais novas, quer através da leitura na biblioteca ou disponibilizando-os por empréstimo público a quem quisesse requisitar esses livros. De momento, estamos despojados, ainda que temporariamente, de um património que, depois da devida catalogação, já deveria estar de novo em Ossela. Também o original das “Maravilhas Artísticas do Mundo” deve ficar nesta Biblioteca e não simples fotocópias. Outro dos motivos que me trás aqui é a cultura. Fazemos a divulgação de Ferreira de Castro, mas Oliveira de Azeméis não tem Feira do Livro. No meu ponto de vista, acho que é uma falha tremenda, até porque temos vários escritores no concelho. Com uma Feira do Livro, estruturada, podemos promover ofertas culturais, transversais, de interesse que podem proporcionar a divulgação do livro, da literatura em geral, mas também que em boa parte podem divulgar obras de autores locais e colher experiências únicas com iniciativas paralelas. Ultrapassado este tema, e passados vinte e quatro anos da deliberação tomada na Assembleia Municipal em Loureiro, sobre a correção das placas com os nomes dos rios, continua tudo na mesma. A Câmara nada fez para corrigir as denominações dos rios que bem sabemos que não estão corretas, não devemos aceitar que isso se mantenha. Ossela possui recantos de património natural maravilhosos,*

especialmente junto às margens do Caima, onde ostenta paisagens surpreendentes. O problema é chegar até elas. No relacionado com a rede viária interior desta maior freguesia do concelho oliveirense, o mínimo que pode dizer-se, em síntese – é que não tem sido nada privilegiada. E tantos são os casos que se os fosse enumerar não me calava tão cedo. Quanto às pontes, temos sérios problemas, em três delas: duas entre Selores/Igreja Velha e uma, a da Ponte Nova, datada de 1858, que, como reacção à queda da Ponte de Entre os Rios, por apresentar mau estado nos paredões do talha mar ficou limitada à circulação de viaturas até 3.5 T. Entre a proibição quase imediata para veículos de maior carga, após o infausto acontecimento, já “correu muita água por debaixo da ponte” neste desfasamento brutal até às obras que carece, e ainda não sabemos quando terá. Não podem ficar adiadas. Porque além do mais também é um terrível constrangimento para os Bombeiros em caso de fogos, e significa uma enorme “desconsideração” com as gentes que serve dos lugares da Carvalhosa e Bustelo do Caima que só possuem esta ponte de ligação. A zona industrial, está no papel. Dizem que temos, em Vermoim/S. Maninho. Não sei bem se é correcta esta denominação quando, praticamente faltam todas as infraestruturas que deveria ter. Tudo isto, e muito mais, carrega tons cinzentos num amanhã pouco prometedora. Que melhor hino de anseios das novas gerações que são – eram – esperança de futuro – e daqui, continuamente, partem para outras freguesias e concelhos para trabalhar, residir, viver. Não há que desesperar, dizem-nos; mas, em boa verdade – é desesperante – ter de entender que Ossela está perdida nos confins do concelho oliveirense, com raras alturas de atenção municipal aos problemas e carências que as suas gentes enfrentam no dia-a-dia. Na nova fase autárquica parece-nos – ou parecia – licito esperar igualdade de tratamento dado às demais freguesias do concelho, cabendo à terra e seus habitantes a sua vez de colher idênticos benefícios que até agora lhe foram negados. Por isso ousamos publicamente lançar o apelo à Assembleia Municipal e Câmara Municipal que, não façam ouvidos de mercador às justas reclamações dos osselenses. Efetivamente Ossela é a freguesia maior do concelho, mas tem sido menosprezada em relação a outras freguesias. E isso não deve, nem pode continuar. Obrigado.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====
 ===== “É evidente que quando temos este património é nossa obrigação coletiva promovê-lo o máximo possível. Infelizmente ainda não o soubemos potenciar, ontem houve uma sessão do Turismo, onde esteve presente o representante responsável pelo Turismo Porto e Norte, e falou-se de Ferreira de Castro e no contexto da dinamização turística de toda esta região. A Feira do Livro é um modelo que se tem esgotado, as feiras do livro têm fechado por todo o lado, o modelo tradicional não funciona. As próprias editoras recusam-se a participar em feiras do livro com o modelo tradicional. Aquilo que estamos a estudar em Oliveira de Azeméis é uma Feira do Livro que permita introduzir um conjunto de valências para atrair público. Se queremos divulgar o papel do livro e a importância da escrita, temos que o fazer de forma séria e estruturada. A feira do livro é apenas uma pequena dimensão daquilo que é a atividade

cultural que temos obrigação de fornecer ao nosso concelho. Em relação aos nomes dos rios, eu não vou dizer rigorosamente nada, o Tavares Ribeiro tem toda a razão. Este é um assunto recorrente e temos que o corrigir, mas sinceramente não foi uma das nossas prioridades. Ainda não tivemos oportunidade de chegar aí, mas concordo que esse é um assunto que tem de ser definitivamente encerrado. Quanto à rede viária, não tenho muito a dizer. Apenas que a rede viária em Ossela é má, como é na generalidade do nosso concelho. Há um percurso enorme a fazer. Eu só não acho correto dizer que esta freguesia foi tremendamente negligenciada em relação às outras, este problema estende-se a todo o concelho, não se particulariza. Oxalá assim fosse, era sinal que tínhamos que orientar toda a nossa força e atenção apenas para a freguesia de Ossela e tudo seria mais fácil de resolver. Quanto às pontes, como disse e bem, toda esta situação é preocupante. Eu não olho para os estudos com ligeireza, pois são eles que nos dizem a natureza da intervenção que temos que fazer. Como sabem as intervenções em pontes ascende muitas vezes a muitas centenas ou milhares de euros. Por um lado é preciso, encontrar capacidade financeira para o fazer e por outro lado, nós termos em matéria de orçamento definidas as prioridades para essa intervenção. Foram elencadas pontes aqui em Ossela, mas temos outras pontes no nosso concelho que nos merecem preocupação. Temos que ter monitorização sobre estas pontes, e é isso que também temos feito. Os serviços da Câmara têm procurado perceber o estado dessas pontes, e até que ponto essas pontes constituem uma ameaça para a segurança pública. Isso não significa que essas pontes não tenham que ter manutenção. Reconheço que elas não têm tido a manutenção que lhes devíamos dar e, por isso é que nós infelizmente assistimos por esse mundo fora a autênticas desgraças e até em pontes com uma tecnologia bem mais moderna do que estas. Temos que prestar atenção a esse tema para não termos tragédias no nosso concelho. Em relação à zona industrial de Ossela: ela não saiu do papel, mas também não saiu mais nenhuma do nosso concelho, à exceção do Centro Empresarial Ul/Loureiro, todas aquelas zonas industriais que estavam preconizadas e tinham planos de urbanização ainda não obtiveram desenvolvimento. Vamos ver o que podemos fazer. Todos sabemos que este é um concelho fortemente industrial, a sua pujança e notoriedade resulta muito da nossa capacidade para promover riqueza. Terminava só dizendo que não me revejo nesse amanhã pouco prometedor. Não é essa mensagem que quero deixar aos Oliveirenses e aos nossos jovens. Portanto, eu acredito na nossa capacidade coletiva e nas potencialidades deste concelho. Estou disponível para trabalhar muito, para as evidenciar, e naturalmente desenvolver o nosso território. Agradeço a intervenção que fez. Não aceito a classificação com o verbo parecer no passado – parecia que este Executivo – é demasiado cedo para tirar essa elação. Este executivo parece, mas mais importante do que parecer é ser. Este executivo está fortemente empenhado em transformar a realidade do nosso território, em torná-lo muito mais competitivo e em melhorar as condições das populações. =====
===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Londreira**. =====

=====*“Bom dia Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários. Bom dia Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta. A minha intervenção prendesse com o Orçamento Participativo e a minha participação neste projeto. Eu apelava a todos os Oliveirenses que vissem os nossos projetos dos conterrâneos e ajudassem a que chegássemos à fase de implementação. É importante para nós e para a evolução do Município. Bem-haja.”*=====

=====**INFORMAÇÕES GERAIS**=====

=====*Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito:*=====

=====*“Antes de mais quero agradecer à Banda de Fajões por nos ter cedido as músicas que tiveram a oportunidade de ouvir no início desta Assembleia. Quero informar que a Senhora Deputada Célia Sá renunciou o seu mandato sendo substituída pela Deputada Liliana Marisa Pinto da Silva que ainda não se encontra presente. Será dada posse oportunamente. Chegaram por parte dos Grupos Municipais, dois votos de pesar e eu pedia à Senhora Secretária para os ler.”*=====

=====*A Segunda Secretária, **Maria Isabel Santos Barbosa**, passou a ler os Votos de Pesar propostos pelos Grupos Municipais:*=====

=====*Voto de Pesar pelo falecimento da Dra. Palmira Moreira da Silva Bastos Oliveira: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Dra. **Palmira Moreira da Silva Bastos Oliveira**. Licenciada em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra de 1955, foi a primeira mulher a exercer a profissão no Concelho de Oliveira de Azeméis. Para além do seu trabalho enquanto médica, e do seu apoio a populações mais desfavorecidas, não podemos deixar de salientar a importância pioneira do seu papel numa sociedade ainda muito desigual. A Dra. Palmira Bastos Oliveira é um exemplo claro de como o caminho da igualdade entre homens e mulheres é um caminho longo, mas que teve, no seu percurso, passos importantes. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família sentidas condolências.”*=====

=====*Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor **Fernando Silva**: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Silva, militante convicto da causa pública. Foi membro do executivo da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. No exercício dos seus mandatos, entregou o melhor de si ao Concelho e às suas causas. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família sentidas condolências.”*=====

=====*A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação os Votos de Pesar, os quais foram aprovados por unanimidade.*=====

=====*A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio.*=====

=====*A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com a sua intervenção:*=====

=====*“Ainda antes de passar ao Período de Antes da Ordem do Dia quero informar que foi reconhecido por todos os grupos municipais, a quem foi comunicada a necessidade de*

acrescentar um ponto na Ordem do Dia, que será o ponto 13 do qual já todos têm a informação. Não tenho mais informações gerais a transmitir, vamos passar ao Período de Antes da Ordem do Dia.” =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao Primeiro Secretário – Senhor **Manuel José Tavares Soares**. =====

===== “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. O ano letivo que agora se inicia, regista algumas mudanças que pretendem alterar de alguma forma e parcialmente, o paradigma do funcionamento escolar. Perseguindo a finalidade de uma escola mais inclusiva e autónoma prevista nos diplomas legais da educação inclusiva e da flexibilidade curricular permitindo a este respeito, e nomeadamente a criação de novas disciplinas, ou a fusão de algumas já existentes, privilegiando o trabalho de projeto. Por outro lado, no domínio da educação inclusiva, pelo menos em tese, todos os alunos e as suas especificidades deverão ser tidos em conta e não apenas os que manifestem necessidades especiais ou que denotam algum tipo de deficiência. Percebe-se nestes diplomas, o espírito dos legisladores, levar as escolas a um quadro de maior autonomia e envolver as várias disciplinas do currículo e projeto que analisa a realidade social, cultural e histórica do seu meio ambiente, e tentar que nenhum aluno fique para trás no seu processo educativo. Sabendo-se no entanto que muitas escolas possuem constrangimentos físicos e outros que condicionam as melhores intenções do mundo. Salienta-se, ainda, que devemos evitar uma excessiva discussão curricular visto que, apesar de tudo, a integridade de um país também se mede por normativos nacionais e integradores de exigência, não devendo as escolas transformarem-se numa espécie de, e permitam-me a expressão, pronto-a-vestir curricular, mas sim guiar a sua atividade pela exigência de conhecimento aos alunos, ultrapassando uma dimensão que se centra, frequentemente, no processo e pouco no resultados. As faltas de aproveitamento e as estatísticas, como dizia o Senhor Secretário de Estado, num debate há pouco tempo, devem corresponder a índices reais de conhecimento e não mascarar situações dúbias. Neste contexto, os ventos que sopram no âmbito da descentralização não devem obscurecer a nossa perceção de que somos cidadãos portugueses no Município de Oliveira de Azeméis e integrados numa rede pública. Assim, uma criança de uma aldeia mais remota do distrito de Bragança deve ter as mesmas oportunidades que um qualquer concelho algarvio. É assim que se constrói também a coesão nacional. É que se há municípios mais ágeis que encaram a própria situação como estratégica, outros há, que serão mais morosos na implementação dos processos, sendo frequentemente alheios a esse facto devido às condicionantes próprias do seu território. Finalmente, a criação da disciplina ligada à cidadania com formato autónomo, roçando até, domínios éticos, pode revestir-se de primordial importância no sentido da construção de indivíduos íntegros que se interessem pela república, e que sintam necessidade de participar

civicamente na polis, conceitos que atravessaram os séculos desde a Antiguidade Grega e Romana. Mas não nos iludamos, este esforço não terá grandes efeitos se as nossas crianças e jovens continuarem a assistir ao desenrolar de vários escândalos políticos, sociais, desportivos e autárquicos, que continuam a acontecer neste país. Termino com a citação do filósofo Séneca: “Os progressos obtidos por meio do ensino são lentos, já os obtidos por meio de exemplos são mais imediatos e eficazes.” E já agora uma outra, de Pitágoras, que gostava muito de matemática, mas também era pedagogo: “Eduquem as crianças para que não seja necessário punir os adultos.” Muito obrigado. =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Filipa Pinho, do PSD.* =====

===== *“Cara Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários. Caro Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público aqui presente. A Semana Europeia da Mobilidade terminou no passado domingo, e mais uma vez o nosso Município aderiu. Nessa semana houve a preocupação para a sensibilização da mobilidade elétrica, mas esperávamos que o Executivo assumisse a continuidade do projeto de mobilidade, iniciado em 2015, com a construção dos primeiros 5 quilómetros de ciclovias na cidade, e a contratação do PEDU para a construção de mais 15 quilómetros de ciclovias na cidade e nas freguesias, o que ainda não foi revelado ou valorizado. Este projeto para além da sustentabilidade ambiental, contribuía para a requalificação urbana da cidade, como a requalificação dos passeios, para a implementação das ciclovias paralelas com uma zona pedonal, bem como a repavimentação das estradas com novas e melhores condições de segurança para os ciclistas, caminhantes e peões, incentivando as pessoas a saírem para a rua. O governo anunciou esta semana o plano de financiamento de 300 milhões de euros a que as autarquias se poderão candidatar para criação de 960 quilómetros de ciclovias ao longo de 12 anos com o financiamento de 75%, ou seja, em 5 milhões de euros neste projeto de mobilidade implicaria um investimento municipal de 1 250 000€, para além dos 4 milhões de euros já salvaguardados no contrato no mandato anterior. Esta seria mais uma oportunidade para a reabilitação do nosso concelho, necessária para melhorar a mobilidade urbana, requalificar os espaços públicos, essencial para o bem-estar e qualidade de vida dos Oliveirenses, bem como para a sua atratividade. Qual a intenção da Câmara Municipal sobre as ciclovias? Esta é uma mais-valia para as restantes freguesias serem beneficiadas com este projeto. O que é que foi feito nas freguesias sobre este assunto? Vão ser beneficiadas? A Semana Europeia da Mobilidade ficou apenas centralizada na cidade e as freguesias ficaram, esquecidas? Centenas de pessoas das freguesias de Macieira de Sarnes, Cesar e Cucujães foram a São João da Madeira à Semana Europeia da Mobilidade por não terem iniciativas nas suas freguesias. No próximo ano, ou nas próximas eleições pensam descentralizar a Semana Europeia da Mobilidade para as freguesias? Obrigada.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque – Amaro Simões.* =====

=====
 “Bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia e Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Oliveirenses e Comunicação Social. A Quinta do Covo é composta por uma solarenga habitação senhorial com capela privativa, edificada na freguesia de São Roque, com terrenos agrícolas e vasta mata, em forma de polígono, com cerca de 5 hectares a estender-se entre as freguesias de São Roque, Nogueira do Cravo, Pindelo, Ossela e Oliveira de Azeméis e servida pelas estradas nacionais nº 224 e 227-1, recentemente atravessada pela autoestrada A 32. Apresenta-se como uma imensa reserva cultural e ambiental e um espaço pedagógico e lúdico. Aqui, Eça de Queirós se inspiraria para escrever alguns dos mais belos textos de *A Capital* e *A Ilustre Casa de Ramires*, acrescentando-lhe maior notoriedade. Era assim nos tempos dos seus fundadores, benfeitores e proprietários até há bem pouco tempo – a família Castro e Lemos. Esperemos que assim possa continuar a ser, e que perdue a prestar relevantes e valiosos serviços à comunidade. Nesta quinta, há 5 séculos, no período áureo das descobertas, nasceu a primeira fábrica de vidro de Portugal que profundamente havia de marcar o país e, particularmente, Oliveira de Azeméis. Diz, o Cronista Pinho Leal: “Não achei dados que certifiquem a sua fundação; apenas consta que já existia em 1484”. De acordo com outras fontes, terá iniciado a sua laboração em 1520 e terminado em 1924. Em memória, reconhecimento e homenagem a esta secular tradição vidreira, foi fundado em Abril de 2007, o Berço Vidreiro, a funcionar no Parque de La-Salette. À generosidade e humanismo dos seus proprietários e administradores se deve muito do desenvolvimento e equipamentos do Oliveira de Azeméis, da freguesia de S. Roque e particularmente do lugar de Bustelo, Antiga Estação de tratamento de água, o novo Centro de Saúde, o Quartel da GNR, a CERCIAZ, o estádio do SC Bustelo, a Capela de Santo António de Bustelo, o seu Cemitério, etc. Não pode a Comunidade Oliveirense deixar passar em branco os 500 anos do Berço do Vidro em Portugal e a dedicação da Família Castro e Lemos ao Município. Assim, atrevo-me a apresentar duas propostas: 1. Promover a comemoração dos 500 anos da fundação e criação da Fábrica do Vidro do Covo. 2. Reconhecidamente homenagear a família de beneméritos e benfeitores, ex-proprietários da Quinta do Covo. Nota: Uma terceira proposta pode vir a ser contemplada: Providenciar a reclassificação do património edificado da Quinta em património de Interesse Municipal. Muito obrigado.”

=====
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo Pereira**, do CDS/PP. =====

=====
 “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, em particular, Senhor Presidente da Junta José Santos, que hoje nos acolhe com simpatia como já é habitual. Público Osselense, funcionários camarários, Oliveirenses. Estamos, hoje, na freguesia de Ossela que é conhecida no mundo inteiro pelo facto de ser a terra natal do escritor Ferreira de Castro. Como referiu na sua explanação, o Senhor Presidente da Junta, é de facto uma das freguesias mais antigas de Portugal tendo sido

paróquia no tempo dos Godos (povo germânico), mas de onde lhe veio exatamente o nome não se sabe ao certo. Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, refere que há mesmo quem assevere que foi uma cidade com nome de Ossa, dado pelos Gregos seus fundadores. Sendo assim, tinha esta cidade sido fundada nos anos 2700 do mundo, ou 1304 antes de Jesus Cristo, isto é, há 3180 anos aproximadamente. Ossela é terra de gente laboriosa, as origens desta freguesia perdem-se no tempo. Ossela tem um rio lindíssimo – o Caima, que lhe dá um encanto especial. Com uma base económica de agricultura e vinicultura fazendo parte da região demarcada do Vinho Verde, atualmente encontra-se também a implementação de várias unidades fabris, nomeadamente a metalomecânica e lacticínios. A Casa Museu Ferreira de Castro, a Biblioteca do escritor de “A Selva”, as Capelas do Mosteiro, do Senhor da Fonte, de São Frutuoso, das Senhoras da Lapa e da Graça, os núcleos rurais de Bustelo do Caima e do Carvalhal e o núcleo urbano da igreja, possuem de facto áreas naturais de enorme beleza, tal como a área natural do Pedregulhal. Ossela com uma população em crescendo até aos censos de 2001 onde ascendeu o seu expoente máximo de 2538 residentes, tendo sido adotada por muitos Vale Cambrenses como uma terra que oferecia condições para se fixarem. Vejamos os censos de 2011, o contra ciclo e a tendência refletida também um pouco por todo o Município, a perda de população. Podemos mesmo assim dizer que Ossela tem um potencial enorme para se explorar nos diversos quadrantes. Assim haja uma visão e estratégia políticas capazes de impulsionar o que de melhor Ossela tem para nos oferecer. Senhor Presidente, Ossela oferecemos, como já foi aqui referido pelo cidadão Joaquim Oliveira e pelo Tavares Ribeiro, uma mancha florestal verdejante, bonita, um verdadeiro ex-líbris sendo o pulmão de Oliveira de Azeméis, juntamente com a floresta vizinha de Palmaz. Devidamente estruturada e cuidada, defendida da problemática dos incêndios florestais que a afeta com frequência será então necessário responder e criar soluções urgentes, tais como: o caminho florestal que liga a coisa nenhuma, entre Nespereira e a Aldeia de Bustelo do Caima – esta aldeia, está incluída no Programa Aldeia Segura, mas de segura, nada tem. Pois quando, os próprios veículos pesados de combate a incêndios não têm condições asseguradas para a sua passagem e assim desempenharem a sua função de defesa e combate. Não está garantida qualquer medida de segurança, colocando ainda em causa os caminhos de fuga para a população desta aldeia em caso de emergência. Se toda esta mancha florestal é uma das grandes responsáveis pelo encanto natural desta terra, haja então uma visão estratégica de forma a valorizá-la, quer a nível ambiental, quer económico e que se desenvolva em torno da mesma. Falando da floresta, falamos também do Rio Caima, outro ex-líbris desta terra, e como alguém aqui já feriu, os acessos é que são muito complicados. Podendo este ser aproveitado para exploração turística, zonas de lazer e de contemplação da natureza, e mesmo até para práticas desportivas novas. Infelizmente este encontra-se mal cuidado. Que argumentos têm para que nos dias de hoje, em pleno séc. XXI, ainda termos uma ETAR a efetuar descargas diretas e presenciadas para o leito do Rio Caima, causando efeitos nefastos para a população osselense e palmasense, assim como para o empreendimento turístico a jusante e todo o meio ambiente. E pasmemo-nos. Não são os

osselenses que contribuem para as descargas no Rio Caima, uma vez que a estes lhes está também vedado o acesso a um serviço público. Senhor Presidente, urge aqui uma resposta na resolução deste problema que afinal é um problema de todos nós. Trata-se de crime ambiental com todas as consequências inerentes. A cultura osselense e o seu património, como o Castro de Ossela, a Casa Museu Ferreira de Castro e seu espólio, também aqui nos deparamos com um novo paradigma, que é o de que fazer para potenciar toda a riqueza deixada por tão ilustre escritor. O CDS no seu programa eleitoral já fez passar a proposta da construção de um parque temático Ferreira de Castro, dinâmico, com espaços lúdicos, com circuitos ribeirinhos, jardins para passeios e zonas de descanso. Este parque temático Ferreira de Castro, a nosso ver, seria um elemento importante para dinamizar esta freguesia a nascente de Oliveira de Azeméis, que tem estado muito esquecida ou pelo menos pouco valorizada. Todo este património natural que é nosso, merece mais atenção, bem como toda a área envolvente da Casa Museu e da Biblioteca Ferreira de Castro, nomeadamente a estrada que separa os dois edifícios. Por aqui, quem nos vier visitar levará, certamente, muito para contar. Um verdadeiro cartão de visita que certamente nos envergonha. Senhor Presidente, Ossela tem potencial e merece melhor. Tendo potencial quem ganha é todo o Município. Obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Deputada Ana Rita Costa**, do PSD. =====*

===== “Cara Senhora Presidente e secretários da mesa da Assembleia, Caro Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, caros Deputados desta Assembleia, comunicação social e demais presentes. Ao longo dos últimos anos, o Município de Oliveira de Azeméis tem investido na preservação do património cultural da área envolvente ao rio Ul e rio Antuã, nomeadamente através da construção do Projeto do Parque Temático Molinológico que tanto orgulho traz aos habitantes do concelho e que deslumbra os turistas que nos visitam. No entanto, continuamos a assistir a descargas frequentes e poluição visível, o que constitui um perigo para a saúde pública, reduz a qualidade de vida dos que lá habitam e prejudica o potencial turístico local. Na semana passada, numa caminhada pelo roteiro dos Moinhos e acompanhada por amigos de Aveiro, foi com tristeza que pude testemunhar, na primeira pessoa, a intensidade das descargas que denegriam a paisagem impar daquele local. A resolução deste problema tem sido uma preocupação da bancada parlamentar do PSD que não pode deixar o assunto cair no esquecimento. A nível nacional, a Deputada eleita por Oliveira de Azeméis tem desempenhado um trabalho incessante de levantamento de toda a informação relativa a este assunto, que resultou na elaboração de um Projeto de Resolução que apresenta medidas concretas de prevenção e dissuasão de práticas ilícitas que tanto têm prejudicado o ambiente do nosso concelho. O que se pretende, é que se proceda à intensificação das ações de fiscalização e vigilância, ao levantamento e verificação das condições de licenciamento das empresas cujo exercício implique a descarga de efluentes e a implementação de um plano de ação para limpeza destas linhas de água. Este projeto de resolução, foi apresentado na Assembleia da República em outubro do ano passado, com o objetivo de obter uma resposta por parte do Governo. No

entanto, as descargas continuam a ser visíveis. Enquanto não obtemos uma resposta prática da tutela, é necessário intervir a nível local e regional. Em junho de 2017, foi assinado um contrato de renovação de redes de águas residuais na Associação Municípios Terras de Santa Maria, um investimento de nove milhões de euros, que tem como objetivo analisar e debater as principais questões relativas ao saneamento de águas residuais urbanas, tendo em vista a implementação de estratégias que permitam um melhor nível de qualidade de serviço. Uma das estratégias visa a requalificação da ETAR dos Salgueiros, infraestrutura antiga e que não apresenta condições para o tratamento de águas de forma eficaz e atual. No seguimento da assinatura deste protocolo, gostaríamos de saber o que tem sido feito para por fim a este problema. Que medidas têm vindo a ser tomadas no último ano, relativas à requalificação da ETAR dos Salgueiros e às estratégias de monitorização e fiscalização que permitam identificar e punir os infratores. Com o início da época das chuvas, estas descargas têm tendência a intensificar-se. Que medidas estão a ser tomadas para prevenir que esta calamidade ambiental continue a acontecer? Muito obrigada pela vossa atenção.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Dando resposta à intervenção do membro desta Assembleia, **Senhor Manuel José**: estamos a falar do arranque do ano letivo, e sobre a introdução de um conjunto de medidas que são importantes. Mas o mais importante é que o ano letivo decorreu com toda a normalidade. Para além disso é evidente que há particular atenção com a aferição do currículo, há particular atenção em transformar educação especial em educação inclusiva, e há particular atenção de nós começarmos a construir um percurso que permita cumprir a Carta Educativa Municipal e transformarmos a educação, verdadeiramente no motor de desenvolvimento do nosso concelho. Com alguma facilidade, dizemos que o trabalho está a ser bem feito, é um facto, mas há sempre mais a fazer. Naquilo que compete à autarquia, reconhecemos que temos um trabalho muito importante a desenvolver na requalificação do edificado público escolar, mas também reconhecemos, com humildade, que não temos capacidade financeira para acolher e acudir todas os pedidos que nos chegam. Nós com uma abordagem muito simples e, em intervenções de natureza mais imediata, chegamos a um montante superior 3 000 000€ para intervir no Parque Escolar da nossa responsabilidade. Aquilo que nós conseguimos disponibilizar é pouco mais do que 10% desta verba para resolver as necessidades que consideramos mais prioritárias. Eu quero deixar aqui esta mensagem: todos nós temos que ter consciência do muito trabalho que ainda está por fazer. Só em termos de intervenções, e não falo só daquelas que são muito substanciais, existem intervenções de toda a natureza, desde a reparação de uma simples janela, substituição de um sanitário, reparação de telheiro, a construção de cantinas de raiz... Mas não nos esqueçamos, e quero deixar aqui isso bem claro: temos que dar passos significativos no sentido daquilo que é a nossa realidade. Temos muitos problemas ao nível do edificado, temos ainda salas de aula e refeitórios a funcionar há muitos anos em contentores, edifícios com coberturas em amianto. Todas estas*

respostas são resposta que têm que começar a ser dadas. Temos que começar pouco a pouco a procurar resolver estes problemas, mas tenhamos consciência de que nem tudo está bem, embora sejamos um concelho que nesta matéria temos sobejos motivos de orgulho. Em relação à intervenção da **Ana Filipa Pinho**, eu agradeço a sua introdução, este é um assunto muito interessante, mas que a complexidade e tecnicidade não podem ser resolvidas dizendo o que é que vamos fazer nas freguesias em matéria de ciclovias. Nós temos uma perspetiva completamente diferente do que é um sistema de mobilidade integrado num concelho. Um sistema de mobilidade integrado não se resume à construção de ciclovias ou a circuitos pedonais. Temos é que perceber o que é que queremos para a nossa cidade em termos de mobilidade e o que nós queremos é muito simples: termos sistemas de mobilidade que permitam a ligação entre as freguesias e a ligação das freguesias à sede do concelho. Queremos um sistema de mobilidade que responda a diferentes fluxos de pessoas, que permita respostas para a nossa população escolar e aos nossos trabalhadores para que se possam deslocar para os seus empregos através de um sistema público de transportes. Quando falamos da cidade, fizemos uma semana da mobilidade, e ela não resume as políticas de mobilidade que pretendemos implementar no nosso concelho. De forma simbólica, alertámos as pessoas para a necessidade de adotar modos de mobilidade mais amigos do ambiente, como por exemplos, as viaturas elétricas, mas também sensibilizar as pessoas para a importância de nos deslocarmos a pé na nossa cidade. Aquilo que pretendemos é muito simples, eu já tive oportunidade de o dizer muitas vezes, que os cidadãos se apropriem da cidade. Queremos que, cada vez mais, o espaço público seja dos cidadãos e não das viaturas. Como sabem, estamos numa terceira geração de sistemas de mobilidade urbana sustentável, e nós em Oliveira de Azeméis andamos na primeira fase desse plano de mobilidade. Ainda andamos à procura dos parques de estacionamento públicos para evitarmos que as pessoas se desloquem até ao centro. Hoje, muitas cidades já alavancaram todos esses conceitos, já não pensam em construir silo-autos, já não pensam em facilitar a vida ao automóvel criando mais e melhores condições de acessibilidade ao centro da cidade, muito pelo contrário. Procuram modos de mobilidade alternativos que permitam que as pessoas se apropriem dos centros das cidades e das zonas históricas. É isso que as cidades modernas estão a fazer, e é isso que vamos procurar fazer com políticas integradas de mobilidade que por um lado atendam às preocupações que temos tido em matéria do ordenamento do território, às preocupações que temos na eliminação das barreiras arquitetónicas. Nós somos um concelho, onde ainda temos caixotes do lixo nos passeios, onde temos sinais de trânsito no meio dos passeios, onde ainda temos passeios sem rampas que permitam aos cidadãos portadores de mobilidade reduzida, poderem disfrutar do espaço público com toda a dignidade. Nós somos um concelho (já falamos aqui hoje, na participação cívica), que veda a possibilidade de um cidadão com pleno direito, de assistir a uma reunião pública da Câmara Municipal, porque não tem maneira de aceder sem ser levado a braços. Portanto, temos aqui um caminho muito longo a percorrer e que tem que ser sério. Isto faz-se integrando uma série de políticas que nada tem a ver com a integração exclusiva de ciclovias, isso é extremamente redutor. Na minha opinião, de

*forma errada colocamos 15 quilómetros de ciclovias num plano estratégico sem que elas permitissem que os cidadãos se apropriem do espaço público e partilhem experiências agradáveis, porque é isso que os cidadãos pretendem com as ciclovias e espaços pedonais. O Executivo está a criar um conjunto de respostas, e por isso, vamos gastar cerca de 300 000€ em novas ciclovias e circuitos pedonais no sentido de que elas sejam indutoras de hábitos de vida saudáveis, que permitam que as pessoas se relacionem com diferentes equipamentos e espaços públicos com outro tipo de fluidez. Esse é o caminho que vamos fazer e por isso estamos numa fase de discussão com a Área Metropolitana do Porto a quem delegamos competências em termos de definição do sistema de transportes públicos metropolitanos. Estamos também a articular aquilo que serão os transportes públicos em Oliveira de Azeméis, e aquilo que serão os circuitos que atravessarão o nosso território e que permitiram a mobilidade inter-regional num quadro de afirmação de uma realidade territorial mais vasta do que a Área Metropolitana do Porto. Tendo sempre presente os compromissos nacionais em termos de descarbonização das cidades, é um caminho que temos que percorrer, não se consegue trilhar com uma resposta redutora do que é que vamos fazer em termos de ciclovias. E duvido que essa resposta seja dada com este plano do Governo de 300 000 00€ que foi anunciado, mas que prevê sobretudo, a criação de ecopistas em ferrovias que foram desativadas. Portanto, digamos que esse dinheiro estará direcionado para esse tipo de respostas e não para a criação de respostas adicionais para os centros dos nossos tecidos urbanos. Em relação à intervenção do Senhor **Presidente de Junta de S. Roque**, em relação àquilo que sugeriu, é evidente que tem total acolhimento por parte do Executivo camarário, e faz todo o sentido que comemoremos os 500 anos da criação da Fábrica de Vidro do Covo, que homenageemos uma família que tem ao longo de todos estes anos tido total disponibilidade para ajudar a comunidade e mais concretamente a freguesia de S. Roque. Nós associamo-nos às recomendações que foram feitas e fazemos mais do que isso, nós percebendo a importância que o vidro pode ter para o concelho. Temos neste momento um plano elaborado para aquilo que é o percurso que temos que fazer nesta questão do vidro. Estamos a fazer um trabalho de recolha de memórias vivas, estamos a atender àquilo que é o espólio que temos guardado, na nossa opinião não nas melhores condições, temos que rapidamente mudá-lo de lugar para que fique seguro. Temos a questão do centro interpretativo do vidro, um edifício que está abandonado e cuja candidatura a fundos comunitários perdemos, um problema sério para resolvermos, para além de uma ação movida pelo construtor contra a autarquia onde exige ser ressarcido de muitos milhares de euros. O vidro e a indústria embrionária de um sector de atividade fundamental para o nosso concelho que é a indústria dos moldes. Temos que olhar para todo este percurso, desde o aparecimento do primeiro forno e do início da atividade em 1520 e transportá-lo até aos dias de hoje. Todo este percurso do saber fazer, que explica de onde viemos originariamente até aos dias de hoje, da realidade industrial de então até à de hoje, é fundamental e por isso vocês vão ser confrontados com um trabalho que está a ser feito e eu acho extraordinário, porque permitirá por um lado preservar toda esta identidade e memória do vidro, mas também criar um conjunto de respostas turísticas que serão da máxima relevância*

para o concelho. Estamos a procurar uma chancela para esta questão do saber fazer o vidro que permitirá colocar o concelho nos roteiros turísticos internacionais e colocar muitas destas freguesias (com muito potencial turístico) nesse roteiro. Em relação à intervenção do **Deputado Jorge Melo Pereira**: eu partilho de todas estas preocupações que aqui referiu. Não fujo a nenhuma das críticas que aqui foram feitas, porque são justas. Nós temos uma mancha florestal vastíssima no nosso território e temos um trabalho enorme no sentido de a proteger. Ela não está devidamente protegida, estará protegida na medida em que temos no terreno duas corporações de bombeiros cuja qualidade, competência e capacidade operacional nos dão alguma tranquilidade. Mas todos estes caminhos que temos a fazer são absolutamente fundamentais, e aquela verba que eu elenquei na construção de caminhos florestais a norte em Currais, Fajões, Carregosa, Nogueira e Pindelo; nos caminhos a sul na Senhora da Ribeira, no Caminho da Lagoa em Loureiro - todos esses trabalhos foram feitos. Criamos também, condições para que cinco pontos de água que não estavam a trabalhar, um deles aqui em Ossela, ficassem operacionais. Tudo isso é um percurso, reconhecimento de alguma forma, ainda tímido, mas que tem que continuar a ser aprofundado, no sentido de continuarmos a ter respostas que nos deem uma tranquilidade diferente. Aldeia segura, pessoas seguras – não é um projeto da autarquia, é um projeto do Governo. A autarquia aderiu a esse projeto. É evidente que ele continua numa fase de implementação, podemos não ter criado ainda as condições para o acesso aos caminhos de combate a incêndio, mas neste momento estamos a desenvolver uma candidatura com uma associação local no sentido de darmos um conjunto de respostas. O importante é que mesmo que tenhamos algumas lacunas, algumas coisas foram construídas no sentido de termos uma resposta. Temos um oficial de segurança local, um ponto de encontro onde as pessoas se reúnem, as pessoas têm alguma formação em caso de acidente.... Isso é muito importante, em alguns casos, determinante. Rio Caima: aproveitarei para responder em conjunto com a intervenção da Senhora **Deputada Ana Rita Costa**. O Rio Caima é um rio com um grande potencial, como eu disse, serpenteia esta freguesia durante alguns quilómetros e introduz na paisagem apontamentos de grande beleza. É evidente que as pessoas não podem disfrutar desses apontamentos sem o rio estar devidamente recuperado. O rio não está devidamente recuperado, porque ele é sujeito a uma pressão enorme, que resulta por um lado da ETAR, por outro lado resulta de muitas descargas indevidas que são feitas e que não prejudicam exclusivamente o nosso território. As ETAR's não fazem descargas diretas para o rio, só fazem descargas diretas quando é ultrapassada a sua capacidade de tratamento. Se elas estão a receber caudais que não têm capacidade para tratar, é evidente que não dá para acumular e aquilo que acontece são bypass diretos. Mas deixem-me esclarecer, mesmos com os investimentos que estão previstos fazer no nosso sistema de tratamento de águas residuais da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, vamos continuar a ter desvios de caudais diretos para o rio, a não ser que a capacidade instalada permita tratar todos os caudais e afluentes que sejam produzidos, porque neste momento o que acontece é que nós pagamos todos os caudais que entram na ETAR mesmo os caudais que são direcionados sem tratamento para o

rio. Os investimentos que pretendemos fazer, vocês já os conhecem, são 9,5 milhões de euros que vamos investir na requalificação da rede. É um investimento em que 5,5 milhões de euros pagam a exploração e gestão destas duas ETAR's (Salgueiro e Ossela) e 4 milhões de euros visam a requalificação das ETAR's e também a substituição de cerca de 11 quilómetros de emissários que estão fortemente danificados. Este é um trabalho complexo e que justifica muito daquilo que aqui foi referido e que se passa no rio Ul. O que se passa no Rio Ul não é de hoje, estivemos aqui a referir que tinha a ver com descargas frequentes. Isto não tem só a ver com descargas frequentes, tem a ver com o facto de nós descarregarmos todos os dias águas residuais no rio sem qualquer tipo de tratamento. A parte sul da cidade, descarrega sem tratamento para a parte sul da Ponte do Cavalari, mas descarrega todas as águas residuais da cidade sem tratamento ou pré tratamento. Quando temos essas descargas, muitos solventes, muitos lixiviados, o que acontece na zona da Salgueirinha que tem aquele efeito cascata, é toda aquela espuma. Este é um problema muito complexo que só se vai resolver parcialmente com a construção da ETAR. Isso só se vai fazer quando tivermos capacidade para expandirmos a nossa rede de água e saneamento, não negando que é muito importante reforçar a fiscalização para tentar minimizar as descargas ilegais, mas não nos iludamos. Isto só será possível depois de termos, nos nossos rios, água de qualidade disponível para ser utilizada pela população como no passado. Quando tivermos resolvido os problemas da rede de água e saneamento. Porque é que eles não estão resolvidos? Porque não foram resolvidos quando tivemos quadros comunitários disponíveis para o fazer, e porque neste momento para o fazermos estamos a falar de esforços financeiros avultados que não teremos possibilidade de alocar a curto prazo. Perguntam-me: "Então o que é que está a ser feito?" Muita coisa. Respondemos agora à solicitação que nos feita sobre o Plano Nacional de Investimentos, e elencamos o problema de Oliveira de Azeméis, apesar desse Plano Nacional de Investimentos falar sobretudo de investimentos superiores a 75 milhões de euros, colocamos a questão da deficiente cobertura da rede de água e saneamento do nosso concelho, como muitas outras coisas. Mas o importante dizer aqui, é que este problema está no topo da nossa agenda, temos reunido várias vezes com o Senhor Ministro, procurado sensibilizá-lo para a importância de fazermos investimento e de se não houver investimento comunitário, que venha do Orçamento de Estado. Temos procurado introduzir este tema naquilo que é a discussão do Plano do próximo Quadro Comunitário de apoio 2030, que digamos não dá uma especial atenção ao ciclo urbano da água. Estamos a procurar sensibilizar os nossos pares no sentido de que o ciclo urbano da água continue a merecer a atenção do Governo e da União Europeia. Temos ainda vários municípios no país com este problema por resolver e o Município de Oliveira de Azeméis conjuntamente com o Município de Paredes, Santo Tirso, entre outros, está a fazer um trabalho de identificação de todas estas realidades e necessidades de investimento para procurar sensibilizar o Ministro que tutela esta área, no sentido de ele perceber que nós só com a ajuda do Governo é que conseguiremos de forma muito mais célere atacar e resolver o problema. Obrigado por falarem no assunto, ele preocupa-nos a todos. Temos que continuar a dar-lhe atenção, e mais importante

do que dar atenção, é começar a encontrar soluções porque este é um problema de saúde pública, mas também um problema que afeta muito a competitividade do nosso território. Olhamos para estas questões apenas de uma forma, que eu percebo e respeito, com o impacto ambiental, mas não nos esqueçamos que temos uma área de acolhimento empresarial moderna onde não temos sistema público de recolha e tratamento de águas residuais. As pessoas produzem afluentes industriais, e mandam esses afluentes industriais para a fossa. Nós sabemos muito bem o que é que isso significa em termos de contaminação dos nossos recursos hídricos. Deixem-me dizer-vos que as nossas ETAR's não têm capacidade para tratarem esses afluentes industriais, como são ETAR's que fazem o tratamento bacteriológico, o que acontece é que quando mandamos para essas ETAR águas residuais com solventes químicos, matamos todos os "bichinhos" que "comem" as águas residuais contaminadas, e as ETAR's estão muitas vezes 4/5 semanas a recuperar bacteriologicamente. Isto significa o quê? Que durante essas 4/5 semanas elas não estão a fazer aquilo que lhes compete, isso tem enormes repercussões. Ultimamente isso acontece com frequência, as ETAR's recebem muitos caudais industriais, é evidente que eu vejo muitas pessoas a dizerem que sabem quem são as entidades, sabem quem são os poluidores. Nós temos a preocupação de fazer uma coisa, até um pouco bizarra, mas não temos problemas com isso porque esta questão é muito importante, contactamos essas pessoas que fazem as denúncias no sentido de nos explicarem se efetivamente sabem quem são. Se sabem, que nos digam. Não é fácil, as descargas ilícitas são feitas de noite, de forma criminosa e a horas que não são fáceis de fiscalizar, mas reconheço sem nenhum problema que o problema é grave e exige medidas. Para nós, seria muito importante percebermos que teríamos por parte do Governo disponibilidade para fazermos um investimento no sentido da evolução das taxas que temos. Mas mesmo que o Governo não nos apoie, estamos a negociar com a concessionária a expansão dessas redes sendo o financiamento parte da concessionária e parte do Orçamento Municipal, mas toda esta estratégia vai depois ter que recolher um conjunto de pareceres e ser aprovada superiormente. Muitas vezes, o contrato de concessão é ele próprio um elemento inibidor de estratégias de implemento. Portanto, estamos a fazer esse percurso, não é fácil e nós não o fazemos de ânimo leve, amanhã todos estes problemas que vocês identificaram e bem, estarão resolvidos." =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro – José Queirós.** =====

===== "Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, com um cumprimento especial para o nosso anfitrião José Santos, Senhores colaboradores municipais, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Senhor Presidente: a minha intervenção hoje, nesta assembleia tem a ver com o acesso à Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro (AAEUL). Temos hoje, e fruto do esforço de muitos, uma zona industrial em Loureiro da qual nos podemos orgulhar, composta por empresas que são para os Loureirenses e, certamente, para o concelho, motivo de grande satisfação, são fator de

desenvolvimento económico e social, geram riqueza, fixam pessoas e em muito contribuem para todos dizermos à boca cheia que Oliveira de Azeméis é uma boa terra para viver e trabalhar. Como sabe o único acesso a esta zona industrial de Loureiro, no momento, é a Rua da Vidigueira. Uma rua altamente degradada que não está preparada para tanto trânsito e sobretudo para tantos pesados que aí circulam de manhã à noite. Os moradores sentem as suas casas a abanar de cada vez que um destes pesados ali passa. Os buracos e os desníveis do piso fazem com que a vibração seja muita e os habitantes começam a reclamar. Além disso gostaria de alertar para o perigo que representa para as pessoas circular nesta estrada, a pé ou de bicicleta, porque é uma rua de dois sentidos, degradada, relativamente estreita e sem passeios. Posto isto Senhor Presidente, o que aqui me traz é perguntar se pretende fazer alguma coisa relativamente a esta situação. Se sim, o quê e para quando? Ainda sobre o "acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro: eu, os Loureirenses e certamente os empresários com empresas sediadas naquela zona industrial gostávamos todos de saber, Senhor presidente, qual o ponto da situação do novo acesso que foi estudado pelo anterior executivo municipal e acompanhado de perto pelo atual Vice-Presidente da Câmara, Dr. Rui Luzes Cabral e que tanto quanto me é dado saber, estava preparado para avançar. Esse projeto é para levar adiante? Se sim... Está já agendada uma data para o início da obra? Ou tem este executivo uma outra ideia para este acesso? São estas duas perguntas Senhor Presidente para as quais eu e todos Loureirenses gostávamos de obter uma resposta. Obrigado." =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Nuno Jesus, do PS.** =====*

===== “Boa tarde a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Junta de Ossela. Deixava um pequeno apontamento: já muito aqui se falou da beleza natural de Ossela, não sou daqui, mas não tenho problema nenhum em dizer que para mim, Ossela é uma das freguesias mais bonitas da região. Há pouco, durante aquele minuto de silêncio, para mim de oração, não sei se se aperceberam mas o galo cantou duas vezes. Isto nos dias de hoje é raro. Senhor Presidente duas questões/esclarecimentos muito rápidas. Li e ouvi algumas acusações na comunicação social relativamente a um eventual desinvestimento e apoio às atividades culturais, preços dos bilhetes. Gostaria de saber o que é que tem a dizer sobre isto. Depois o Parque Temático Molinológico: como vivo lá perto, passo lá muitas vezes, e nestes últimos dias reparei que alguns trabalhos, não sendo de provas gastronómicas, estão a ser feitos. Atendendo a que as estruturas físicas do parque são mais recentes, gostaria que o Senhor Presidente me dissesse o que é que lá aconteceu para motivarem estas obras. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa – Helena Moreira.** =====*

Muito bom dia. Na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia cumprimento todos os presentes. Entrou em vigor desde 23 de setembro de 2016, a lei que aprova medidas para a criação de uma rede

de centros de recolha oficial de animais, e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, tendo estabelecido um período transitório de dois anos para adaptação, que terminou no dia 23 de setembro de 2018. Todos os estudos que têm sido realizados até agora têm concluído da mesma forma: “O problema dos animais errantes tem que se resolver com tempo, é um problema de educação das pessoas e o que temos de baixar é o número de animais errantes. É um problema de grande escala, cuja solução implica custos elevados.” Senhor Presidente, desde o início do meu mandato na freguesia de Carregosa sou confrontada com grupos de cães errantes que rondam entre nove e onze. Decorrido aproximadamente um ano, é perceptível que o foco do problema é agravado no período fértil da espécie e em período de férias. Nestes períodos, há locais que deixam de poder ser frequentados em segurança. Animais domésticos que aparecem mortos, alguns acidentes; ataques de peões, etc. É preciso entender que o aumento dos animais errantes tem consequências graves não só para a saúde, como para a segurança das populações e dos seus bens. São inúmeras as participações que me fazem chegar e dei a conhecer ao município, veterinária municipal e GNR. Mas o problema mantém-se. O que ouço: - A GNR refere em auto que quando procedeu à averiguação, mais de 8 dias depois da ocorrência, nada foi verificado no local. - O município diz que não tem solução porque o canil está lotado. Ainda me perguntam: Tem uma solução melhor, diga-me. Bem, eu não tenho uma solução mágica. Não sou nenhum Harry Potter, mas debruçando-me sobre o problema, nota-se que o mesmo tem vindo a agravar-se. Pelo que temos de pensar no mesmo, tirar conclusões e agir. Basta de dizer “não tenho solução, porque o canil está lotado.” Porque o problema não é o canil. São os animais errantes. Porque a solução não é o canil. Somos nós. Partindo desta premissa, Senhor Presidente estou disponível para, com quem entender ser capaz e competente, desenhar e colocar em prática um projeto que vise a sensibilização da nossa população para o problema e para ser parte da solução. É preciso prevenir o aumento dos animais errantes. Para isso é preciso apostar na educação e no controlo reprodutivo. Sensibilizar o público para a detenção responsável e prevenção do abandono do animal e para o cumprimento da legislação em vigor. Simultaneamente, estabelecer parcerias com clínicas médico-veterinárias e seguradoras; criar uma espécie de cheque veterinário para assegurar os cuidados primários médico-veterinários para os animais errantes que inclua vacinação, desparasitação, identificação eletrónica e esterilização, assim estimulando e assegurando o aumento das adoções e a diminuição dos abandonos. Desta forma, num prazo razoável seria possível, de forma adequada e eficaz, combater o "flagelo dos animais abandonados". Cientificamente está provado que ter animais de estimação trás benefícios, pois melhora o humor, reduz o stress, a ansiedade, sendo um estímulo a realizar atividades saudáveis. Senhor Presidente, hoje, o preço gasto na resolução do problema dos animais abandonados, não será mais que um investimento para que o concelho de Oliveira de Azeméis seja amanhã considerado social e economicamente um município moderno, atrativo, saudável e seguro. Muito obrigada.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Deputada Helga Correia, do PSD.** =====

===== “Muito obrigada Senhora Presidente. Cumprimentar a Senhora Presidente e os restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, uma palavra de agradecimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia – Sr. José Rodrigues Santos, por nos acolher, hoje em Ossela, terra de Ferreira de Castro. À Comunicação Social, a todos os presentes, e aqueles que nos ouvem em casa. Senhor Presidente, eu trazia uma questão, mas entretanto no decorrer da Assembleia Municipal outras questões me têm ocorrido. Permita-me que as partilhe consigo e com toda a Assembleia. Uma questão que nos preocupa a todos é a questão dos postos da GNR. Já trouxe esse assunto a esta Assembleia e já falei também na Assembleia da República. Relativamente ao Posto de Cucujães, todos sabemos que consta da lei da reprogramação das infraestruturas para o quinquénio 2017/2021. Inclusive já tivemos a visita de uma Secretária de Estado adjunta ao nosso Município. Qual o ponto de situação do Posto da GNR de Cucujães? Uma outra questão, que também era importante ver aqui esclarecida: Se já temos o início da obra de requalificação, porque sabemos que ela vai ser feita no edifício das antigas Finanças, quando é que realmente vai começar. No que diz respeito ao Posto da GNR de Cesar, que é o que eu acho que nos deve preocupar mais a todos, tive oportunidade de questionar a Senhora Secretária de Estado, em outubro de 2017 no âmbito do Orçamento de Estado e fiquei um bocadinho preocupada e transmiti a esta Assembleia a questão de ela ainda ter dúvidas se era ou não para encerrar o Posto. Senhor Presidente, as questões que lhe coloco, e que são uma preocupação para todos nós, é se tem existido alguns contatos do MAI sobre o Posto da GNR de Cesar, ou se eventualmente tem havido contactos por parte do Município de Oliveira de Azeméis com o Ministério da Administração Interna. O Senhor Presidente tem ou não conhecimento, eventualmente, de se encontrar em negociações. Foi comunicado ou não ao Município qualquer decisão. Estamos a falar do Posto da GNR que abrange freguesias do Município de Oliveira de Azeméis e do Município de Arouca, a minha questão é, se tem havido contacto entre ambos os municípios no sentido de não ver aquela estrutura fechada, e percebermos se vai ou não a requalificação do Posto de Cesar ser uma realidade para Oliveira de Azeméis. Outra questão, verificar a Assembleia Municipal do dia 28 de abril. Na altura, tive oportunidade de questionar o Senhor Presidente relativamente às obras da rede viária. Até dei o exemplo da rotunda na zona industrial que dá acesso à Santa Casa da Misericórdia. Se se recorda, o Senhor Presidente disse-me que iria lançar um concurso de 200 000€ para requalificar, e iria lançar isso num único procedimento. A minha questão é para quando, ou se já iniciou? Porque eu continuo a passar por lá, e continuo a ver os mesmos buracos na estrada. Relativamente à situação que já foi falada aqui hoje, e que eu não ia falar... Mas permita-me que fale nela e só ia entregar à Presidente da Assembleia para distribuir pelos Membros, pela Comunicação Social, por quem entender entretanto. Porque eu tenho o hábito sempre que questiono o Governo comunicar à Assembleia Municipal. E tive oportunidade de o

fazer esta semana, uma pergunta e um requerimento, relativamente a esta situação. Senhora Presidente se me permite, porque já tinha feito uma pergunta anteriormente ao Governo que me foi respondida no passado mês de agosto - ao Ministro do Ambiente relativamente às ETARS. E foi-me dito que estava tudo dentro da normalidade, relativamente ao controlo de rejeição. Nesse sentido, depois dos últimos acontecimentos, que são conhecidos de todos, solicitei através de requerimento o relatório desse controlo de rejeição para todos termos acesso a percebermos o que é que realmente está a acontecer na ETAR do Salgueiro e de Ossela. Mas o Senhor Presidente falou aqui, que todos nós sabemos que as ETARS não têm capacidade para os resíduos industriais. Os resíduos industriais que nós levamos no concelho de Oliveira de Azeméis, como também foi aqui dito, vêm de outros concelhos. A minha questão é: Se tem sido esta questão debatida na Associação de Municípios Terras de Santa Maria? Se tem havido uma sensibilização, também, por parte do Município de Oliveira de Azeméis? Eventualmente, até pela página do Município, nós divulgamos muitas coisas lá, porque é que não fazemos uma sensibilização à população, às indústrias do concelho no sentido de evitar todas estas situações. Porque se calhar vai acontecer de futuro. Temos o problema, que o Senhor Presidente e muito bem falou aqui, da questão do saneamento e vamos continuar a ter as empresas do concelho ou de outros concelhos a descarregar para os nossos rios de Oliveira de Azeméis, bem como se calhar as populações em geral. Eu acho que devíamos ter aqui um trabalho de casa e sensibilizar também nós, para além da sensibilização que é feita a nível nacional. Sensibilizarmos todos os nossos cidadãos de Oliveira de Azeméis e as empresas, no sentido de evitarmos fazer estas descargas noturnas ou a horas tardias, como o Senhor Presidente dizia. Muito obrigada pela vossa atenção.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Em relação à intervenção do Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro**: o acesso estava previsto, mas são precisos 600 mil euros de expropriações e 3 milhões de euros para a construção da via, e não temos uma única expropriação feita. É precioso perceber que meter as coisas no papel, por vezes é uma tarefa complicada, mas depois fazê-las sair do papel é mais complicado ainda. Nada foi feito para que a criação do acesso na Área de Acolhimento UI/Loureiro fosse uma realidade. Não foi feito o acesso nem a ETAR que estavam previstos. Quer dizer, o Município tem capacidade de investir através do Plano Plurianual de Investimentos pouco mais de 3 milhões para todo o concelho, como aconteceu em 2017. Muito dificilmente conseguirá construir um acesso que só ele custa 3 600 000,00€ e (se acontecer aquilo que aconteceu aos terrenos da própria Área de Acolhimento, esse valor facilmente poderá “derrapar”). Deixe que lhe diga o que eu penso sobre isso, aliás temos aqui o ponto 10 da Ordem de Trabalhos, fala precisamente sobre a aplicação de um sinal de prioridade na Rua da Vidigueira precisamente porque eu reconheço que é trágico aquilo que se passa. O acesso por aquela via não faz sentido rigorosamente nenhum, a estrada vai ser requalificada agora, mas não é uma solução nem para aquela área de acolhimento nem para a

*estratégia empresarial que nós queremos para esta importante região do nosso concelho. Muita da nossa estratégia industrial vai passar pela parte sul do concelho, vai passar pela localização estratégica de Loureiro no contexto dos eixos rodoviários e ferroviários. Não defendemos o acesso que está previsto para a Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro. Por isso, já levamos altos responsáveis ao local, por isso, é que já levamos o Senhor Secretário de Estado da Economia à Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro, a quem entregamos um dossier. Entregamos o dossier ao Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República. Portanto, aquilo que estamos a defender é a utilização do pontão que existe como acessibilidade à parte sul dos terrenos e defendendo ainda, uma possível expansão da área de acolhimento para aquela região, procurando evitar o trajeto que está previsto e que obriga a demolições e que o trânsito se faça pelo interior da população. Foi-nos pedido um estudo. Ainda esta semana tive a oportunidade de reunir com as Infraestruturas de Portugal por causa da intervenção que vai ser feita, em grande maioria no nosso território, e tive oportunidade, embora o teor da reunião não fosse esse, de sensibilizar a Eng.ª Ângela Sá para a importância de olharmos para esta questão com toda a responsabilidade e equidade. Foi isso que me foi prometido fazer, e é isso que estamos a fazer. Estamos a desenvolver um projeto para um acesso à área industrial através de um pontão que é utilizado, suponho eu, pelos madeireiros, mas é esse o acesso que nós defendemos. É um acesso que está a 100/150m da rotunda existente, e assim não precisamos de fazer um acesso muito mais extenso pelo interior da população até irmos encontrar outro nó que lhe servirá de acesso. Portanto, é essa a estratégia que pretendemos para o local, é essa a estratégia em que nós vamos continuar a trabalhar. Objetivamente, preferimos uma solução em que gastemos 500/600 000€ numa solução eficaz, do que gastar mais de 3 milhões de euros numa solução que nós achamos que não serve aquela zona industrial. Podia servir agora a curto prazo, mas não serve para o futuro. Em relação à intervenção do **Deputado Nuno Jesus**, só quero dizer-vos que a atividade cultural no nosso concelho aumentou este ano. Em 2017 fizemos quinze espetáculos no Caracas mesmo com a particularidade do Caracas estar sujeito este ano a algum tumulto, porque o que acontece, é que a todo o momento podemos ter que acabar com a programação porque ele vai ser intervencionado. Neste momento já se realizaram oito espetáculos, e como sabem, ainda se vão realizar mais até ao final do ano. Também não é verdade que tenha havido desinvestimento na cultura do concelho, pelo contrário, tem havido um aumento no investimento cultural. Também não é verdade que no concelho são os municípios que pagam na íntegra os custos dos espetáculos. O que acontece é que a grande maioria dos espetáculos no nosso concelho são deficitários e a grande maioria dos espetáculos são suportados pelos contribuintes. O que fazemos em alguns casos, é naturalmente financiar na íntegra, em outros parcialmente, e ainda em outros, não financiar. Porquê? Para termos equilíbrio orçamental naquilo que são as respostas culturais que temos que dar. É evidente que não nos podemos comparar nessa matéria a concelhos vizinhos que têm realidades completamente diferentes. Quando investimos por ano 90 000€ no Cineteatro Caracas, temos municípios que investem 300 000€. É natural que essas políticas culturais tenham efeitos e*

preços completamente diferentes. O que estamos a fazer este ano, e não tem a ver com os preços dos bilhetes, vocês sabem que há agora um espetáculo com a Carolina Deslandes e que o bilhete custa 20€ e está praticamente esgotado, isto tem a ver com a qualidade dos espetáculos que nós proporcionamos, e tem a ver com a qualidade da própria casa que acolhe estes espetáculos. É evidente que temos espetáculos que são de grande qualidade e muito baratos e que têm presença de público quase residual. Eu lembro-me de uma peça de teatro de um grupo brasileiro, absolutamente extraordinário, que o bilhete era 5€. Foi um dos melhores espetáculos de teatro que já tivemos no nosso concelho e não tivemos ninguém. Lembro também, julgo que no dia das comemorações do dia da cidade, 16 de maio, a Orquestra de Jazz do Porto. Um espetáculo gratuito, tivemos também no 25 de abril, uma banda de música do concelho a atuar com o tenor Carlos Guilherme. Foi um espetáculo gratuito, entre outros. Porque é que temos bilhetes num ou outro espetáculo mais caros do que nos outros concelhos? Para já isso não é verdade, porque a Carolina Deslandes vai estar hoje aqui e os bilhetes custam 20€ e posso dizer que amanhã vai estar em Guimarães e os bilhetes custam 25€. O que acontece é que adotamos uma prática que no passado não existia. Uma prática de negociar e acolher as parcerias com os agentes e com as produtoras, aquilo que estamos a negociar é por exemplo, em três espetáculos que estamos a negociar, um é pago e o outro é à bilheteira. A Carolina Deslandes é à bilheteira, eles assumem o risco da participação do concerto, será natural que definam o preço, para verem ressarcido algum desse risco. Depois temos um espetáculo com a Gisela João, em que a Câmara não paga rigorosamente nada, pagará só questões relacionadas com alojamento e refeições, o que é natural. E também temos um espetáculo com o Miguel Cruz, aí sim, a Câmara paga. Assim temos a oportunidade de promover três espetáculos ao preço de um. Se podemos dizer que desinvestimos na cultura, efetivamente podemos dizer que o fizemos no Mercado à Moda Antiga, na Noite Branca, na FanZone, mas desinvestimos porque gastámos metade do dinheiro que tinha sido gasto em 2017 nesses eventos. Agora os Oliveirenses que avaliem se a qualidade desses eventos diminuiu drasticamente e se não tivemos na mesma uma grande adesão. Lembro que a grande preocupação dos Senhores Vereadores é de democratizarem a cultura, levá-la a todo o concelho e de ter um conjunto de respostas que permitam que cheguemos a diferentes públicos. O espetáculo que vamos ter agora, Percursos Sonoros, em quatro locais emblemáticos do nosso concelho onde vamos procurar promover bandas emergentes, é um desses aspetos. Aquilo que nós fazemos com o encontro das nossas bandas de músicas é, digamos, dirigirmo-nos a outro público. O Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro é também uma grande manifestação cultural para um determinado público, assim como a Fan Zone que é direcionado para um público mais jovem. É isto que se deve fazer em matéria da cultura: procurar criar respostas que cheguem a todos os públicos, que sejam abrangentes. É isso que estamos a fazer, com critérios de gestão rigorosa e com boa administração dos dinheiros públicos. Em relação à questão que colocou sobre as intervenções no Parque Temático Molinológico, eu desconheço o que está a ser feito. Não conheço a natureza das intervenções, o que o Município está a fazer é a requalificação do Centro de Provas Gastronómicas, porque esse equipamento foi inaugurado,

mas está há anos abandonado com todos equipamentos instalados, videovigilância, ar condicionado, etc., mas sem poder ser utilizado porque não tem energia elétrica. Entretanto, por ter sido abandonado, os tetos de pladur caíram todos, tem havido um conjunto de infiltrações, as madeiras estão por tratar. Estamos a fazer uma intervenção que custa cerca de 3000€ para criar condições, e assim aquele espaço possa ter utilidade, criar uma série de respostas em várias áreas. O mais importante é que o edifício seja aberto e conservado. Quanto à intervenção da Senhora **Presidente da Junta - Helena Moreira**: o canil é um problema complicado, embora a entrada em vigor da atual lei não seja motivo de problema para a Associação de Município de Terras de Santa Maria. Há quase dois anos que estávamos a aplicar a lei e não promovíamos a eutanásia aos animais do nosso canil. Temos neste momento 50 selas no canil intermunicipal que têm capacidade para albergar 150 animais. Temos quase o dobro da população nesse canil. Isto significa que até aí temos dificuldades de resposta. Estamos a procurar convencer os nossos pares no sentido de fazermos um investimento substancial na ampliação do canil. Estamos a falar de um investimento de cerca de meio milhão de euros que poderá ser suportado pelo conjunto dos seis municípios. Para além disso, já há muito tempo que a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria contratualizou com veterinários a esterilização dos animais. Portanto, os animais que saem do canil saem esterilizados, cuidados e vacinados. Temos também o servido contratado de uma veterinária que presta serviços no próprio canil. Não esqueçamos é que estas coisas têm que ser feitas com planeamento, rigor e equilíbrio, porque a ampliação do canil leva à contratação de mais recursos humanos. Nós tivemos muita dificuldade em conseguir contratar o terceiro recurso humano para o canil intermunicipal. Todas estas questões são muito complexas, é evidente que já aqui foram dadas algumas respostas com as quais eu concordo em absoluto. Avançámos com políticas de promoção da adoção de animais e do combate ao seu abandono. As componentes de educação cívica nas escolas são fundamentais. É preciso perceber que a esterilização dos animais que andam nas ruas é complexa, porque depois não podem ser devolvidos às ruas. A Associação de Municípios está a trabalhar, temos candidaturas para procurar minorar este problema, mas eu não tenho dúvidas que muitos municípios, e atenção porque eu respeito isso, têm ainda muitas respostas para dar às pessoas. Enquanto não tiverem essas respostas dadas, não estão disponíveis para dar respostas de outro tipo. Eu julgo que nós temos que fazer aqui um meio-termo entre as respostas que temos que dar às pessoas e as respostas que temos que dar aos animais. E não tenho dúvidas nenhuma que isto passa por nós, nos nossos orçamentos começarmos a alocar verbas para combater este problema. Isto não se resolve num quadro de intermunicipalidade, isto resolve-se município a município. Objetivamente, estamos a procurar resolver esta situação, de forma formal e informal, apoiando famílias carenciadas na esterilização dos animais, procurando disponibilizar uma ou outra cela para a Associação Patinhas e Patudos que trabalha nesta área, mas isto são paliativos. Isto não resolve o problema de fundo, e a sério, porque não é só a questão dos animais abandonados, é uma questão de saúde pública. O próprio governo deve olhar para isto com outros olhos e deve também alocar recursos

financeiros para que todos juntos possamos combater esta situação. Em relação aos postos da GNR, Posto de GNR de Cucujães, recebemos ontem a minuta e estamos a analisá-la. Há alguma divergência entre aquilo que é o contrato de comodato que temos com a junta de freguesia de Cucujães, e os prazos que nos foram elencados na minuta e a renovação desses prazos dos contratos de comodato, e eu não sei até que ponto são possíveis de se fazer, ou seja, não sei se é possível um contrato de comodato que é dado a uma entidade e depois pode ser automaticamente renovado sem que a Assembleia de Freguesia o aprove. Portanto, a permitir nuances que estão nessa minuta, aquilo que está previsto é que até ao final da próxima semana a minuta esteja acordada no sentido de a devolvermos para que seja lançada a obra a concurso. Espero, naturalmente, que isso aconteça ainda este ano. Trata-se de uma intervenção de 600 000€, por aí, mas depois o preço base poderá ser diferente deste. O posto da GNR de Cesar, temos conversado regularmente com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cesar, não temos contactado com o Ministério da Administração Interna, não temos nenhuma comunicação oficial da intenção de encerramento desse posto. Não vou tornar um problema, este assunto, porque na nossa opinião não está em cima da mesa, não vamos introduzir ruído. Aquilo que queremos fazer é, imediatamente após o início das obras no Posto da GNR de Cucujães, avançarmos para a tentativa de fazermos um percurso idêntico. Aí eu tenho que reconhecer e agradecer a disponibilidade do Senhor Presidente de Junta que tem sido extraordinário em todo este processo. Fez algo que não é nada fácil, que foi disponibilizar um espaço para o qual tinha perspectivas completamente diferentes e legítimas (que estava a trabalhar há alguns anos), para além disso teve a disponibilidade de, se necessário for, afetar o produto da venda do terreno que tem na zona industrial para ajudar na criação de condições nessa casa que vão disponibilizar. É um comportamento que nos cabe aqui sublinhar e agradecer. É um comportamento absolutamente extraordinário. Em relação à nossa Senhora Deputada, se houver intenção por parte do Governo em encerrar aquele Posto da GNR, e nós percebendo a importância que ele tem, como disse, para o Município de Oliveira de Azeméis e Arouca, terão aqui firmes opositores para evitar que esse encerramento aconteça. Deixe-me dizer-lhe que o anterior Presidente da Câmara de Arouca, atual Secretário de Estado da Proteção Civil, defendia a manutenção e requalificação daquele posto, penso que o seu pensamento sobre essa matéria não tenha mudado. Em relação à Assembleia Municipal de 28 de abril e as obras na rotunda, o que é que acontece? Quanto à rotunda da Abelheira, nós lançamos concursos pelo preço mais baixo e estamos sujeitos aos concorrentes que aparecem. O plano de intervenções que incluí essa rotunda e outras já tem vencedores há alguns meses. O que acontece é que o Município tem exigido a “saca-rolhas” a apresentação do plano de segurança. Conseguimos o plano de segurança a semana passada e andamos esta semana toda a pedir o plano para os estaleiros. O que é normal num concorrente, é que dentro dos prazos que estão previstos (30 dias imediatos) apresentar toda esta informação, o que não tem acontecido e estamos neste momento num ponto onde estamos a exigir o cumprimento de todas as formalidades para que a obra avance. Estamos a exigir uma data de início para o arranque das obras que já deviam ter acontecido há

alguns meses atrás. Deixem que vos diga outra coisa, para perceberem o que nos acontece, e que é muito importante. Nós temos emissários, equipamentos da rede aos quais ligamos diretamente urbanizações do concelho. Nós temos a rede baixa ligada diretamente à rede alta, ou seja, temos urbanizações que ligam diretamente aos emissários e os afluentes não passam pela rede baixa sendo conduzidos para onde deviam. E tudo isto contribui para que aquilo que chega às nossas ETAR's, não seja devidamente monitorizado. E claro, depois os problemas acontecem. Obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Costa, do PS.*** =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente, quero agradecer ter-me dado a palavra e quero cumprimentar todos os presentes em seu nome, e em particular na pessoa do Senhor Presidente da Junta José Santos, agradecendo a amabilidade e a cortesia da sua receção. Obrigado. Senhora Presidente, solicitei a palavra para falar do passado, não de um passado que muitos estarão a imaginar, mas sim de um passado que se integra no passado histórico e cultural do nosso Município porque estamos em terra de Ferreira de Castro. Saúdo as Jornadas do Património, que ontem decorreram, as vistas ao património histórico-cultural do concelho, a publicação da Revista Patrimónios de Oliveira de Azeméis e ainda a existência do site Memórias de OAZ sobre os quais, não sendo eu especialista nesta matéria, me dispenso de considerações sobre o rigor dos seus conteúdos. Porém, como cidadão atento, ao que demais relevante se passa no concelho, sinto que há necessidade de mais e melhor envolvimento e demais contributos por parte de especialistas e investigadores nestas áreas, promovendo um estudo mais rigoroso. Pois só assim poderemos vir a aprofundar o conhecimento do nosso passado, assim como a sua divulgação de forma mais abrangente. Nesta linha de pensamento, tendo em conta as intervenções feitas recentemente em lugares de interesse arqueológico, como são exemplo, os Castros de Ul e de Recarei em São Martinho da Gândara. Gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre qual a estratégia do Município sobre os trabalhos já efetuados, e sobretudo sobre as futuras intervenções nestes e outros locais com interesse para um maior conhecimento da história do nosso concelho. Particularmente no que diz respeito ao estudo dos achados, assim como à forma como poderão ser desenvolvidas as obras e divulgadas. Obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.*** =====

===== “Muito bom dia. Na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia, do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Junta cumprimento todos os presentes. Não tinha previsto esta minha intervenção, mas ouvi tanta coisa com as quais não concordo e das quais acho que há falta de informação, que entendi por bem e com sentido construtivo, dar algumas “achegas”. Em primeiro lugar, tal como os meus colegas já o fizeram, brincar um pouco com o cantar do galo. Não percebemos, mas ele teve uma ação pedagógica, estava a chamar-nos à atenção de que já estamos muito atrasados. Senhora Presidente, peço-lhe

desculpa, mas vou lembrá-la mais uma vez de que o nosso regimento diz que há quinze minutos para o Período de Intervenção do Público antes do Período de Antes da Ordem do Dia, mas são quinze minutos para todas as intervenções. Sugiro que de futuro façam controlo dos tempos de cada intervenção. Depois, o Senhor Presidente fez, e continua a fazer, intervenções longas. Agradeço a forma explícita com que aborda os assuntos, mas esta forma de responder individualmente a cada intervenção do público não sei se é a melhor. O Senhor Presidente fez uma intervenção logo do início no Período de Intervenção do Público, que sinceramente, não gostei nada. Dizia que o regulamento que entrou agora em vigor pela primeira vez, estabelece critérios de atribuição de subsídios. É mentira, o Senhor sabe disso. Não é do seu tempo, mas tínhamos um regulamento que foi suspenso, como muitas coisas neste país por causa da crise. E este regulamento que falo, podia ter sido aproveitado, revisto e atualizado. Há aqui outra questão, o acesso à Área de Acolhimento Ul/Loureiro, o Senhor Presidente desculpe-me, mas ou eu estou mal informado ou o Senhor está enganado. Aquilo que eu sei, é que o pontão que diz que será aproveitado para fazer o acesso, neste momento vai dar ao meio dos pinhais. E eu pergunto, se se abandona todo o trabalho que foi feito anteriormente. É certo que falta fazer expropriações e falta gastar aquele dinheiro todo, mas há um trabalho feito até à posse administrativa/declaração de utilidade pública para os terrenos para fazer a obra. Percebi aqui que vai ser deitado fora, que não serve. Pronto, o atual executivo está no seu direito de fazer outras opções. Na minha perspetiva, o pontão vai dar ao meio do pontão, ao nada, terá que ter um acesso posteriormente até à variante e que terá custos também. Se me diz que não passa por cima de um quintal, é verdade não passa, os terrenos serão mais baratos, mas uma coisa é certa, os estudos/projetos... Quero perguntar, Senhor Presidente quando pensa lançar esta obra? Daquilo que disse, deduzi que o maior problema são os custos nas perspetivas existentes e que a obra estava pronta a ser lançada logo que se fizesse a expropriação, a posse administrativa até podia ser já, podia começar a obra imediatamente. Havia falta de dinheiro, mas podia haver posse administrativa e a obra avançava. Agora, fazer de novo: o estudo, os processos, as expropriações que terão que haver também maiores ou menores vão acontecer para quando? A Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro vai esperar quanto tempo? Nós sabemos que as empresas que lá estão são uma pequena parte do potencial que aquele espaço comporta. Podemos e queremos todos ter a maior zona industrial do concelho lá centrada, mas se esperarmos mais meia dúzia de anos até se fazer o acesso, tenho a certeza que poucas mais empresas se vão instalar lá. Enquanto se espera, muitas empresas se deslocarão para outros concelhos e perderemos certamente o comboio. Finalmente, nestes reparos também ouvi do Senhor Presidente que a prática cultural que está a ser seguida não era habitual. Quero lembrar-lhe que, ou é má informação, ou então esta partilha de custos já foi feita noutros tempos que eu conheço bem. Já se usou esta política e portanto, não é nada de novo, não se inventou, o Senhor Presidente reponha as coisas no seu devido lugar se faz favor. Quanto à qualidade dos espetáculos, estou de acordo com o que disse. Referiu que as obras no Caracas estão para se iniciar a todo o momento, já agora penso que todos gostaríamos de saber se há

datas ou se há previsões. Finalmente, no decorrer das intervenções que vão surgindo há outras questões que eu não concordo, naturalmente não tenho que concordar, mas gostaria que houvesse mais acutilância nas respostas que são dadas. O Senhor Presidente tem sido muito perspicaz, tem mostrado que domina os dossiers, com toda a franqueza, tenho sentido que hoje têm escapado uma ou outra coisa. Muito obrigado.” =====

===== *Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *“Em relação às questões que colocou: a questão do tempo preocupa-me, e eu desde já prometo que irei promover uma reunião com todos os grupos municipais para tratarmos em pormenor dessa situação e decidirmos que medidas é que vamos tomar para que tudo decorra da melhor forma e celeridade, mas com o respeito devido ao público por quem eu tenho imensa consideração.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca – Susana Mortágua.* =====

===== *“Boa tarde a todos. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes. Nas últimas semanas têm ocorrido diversas intervenções na União de Freguesias, a INDAQUA subcontratou empresas para fazer as ligações dos prédios à rede de água. Estas intervenções não têm sido executadas da melhor forma, ou seja, não estão a ser devidamente sinalizadas, as empresas estão a deixar nos locais depressões no pavimento que causam muitos constrangimentos. Inclusivamente, tivemos que intervir no sentido de minimizar o atraso que havia nestas situações, para criar as melhores condições de segurança. Eu pedia junto da Câmara Municipal, Senhor Presidente, uma ação de sensibilização junto da INDAQUA para de alguma forma haver mais exigência junto das subcontratações. Aliás, estão a acontecer intervenções em vias com excelentes condições, e temos medo que deixem de as ter. Pedir também se fosse possível, que a Junta de Freguesia fosse informada por parte destas empresas acerca destas intervenções para que nós, estando mais próximos das situações, pudéssemos atuar e até fiscalizar com os nossos meios e nosso tempo. Obrigada pela atenção.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Fernando Pais, do PSD.* =====

===== *“Antes de mais cumprimentar Vossa Excelência, a Messa, o Executivo Camarário a quem eu me dirijo na pessoa do Senhor Presidente, os meus colegas Deputados, ao demais público aqui presente, e um especial abraço ao meu amigo e Presidente da Junta de Freguesia, José Santos. Antes de mais eu não podia deixar de fazer um reparo à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, reparo positivo. Gostei muito das suas palavras no final da Assembleia anterior e depois de uma reflexão que tive relativamente às mesmas, ao facto de se congratular com a postura de todos. Eu creio que neste mandato se está a mudar um bocado o paradigma da oposição que todos nós fazíamos. Oposição não quer dizer que antes estávamos certos ou errados, também tinha a ver com as pessoas que intervinham, mas eu acho que a oposição que o*

PSD e o CDS fazem é uma oposição muito mais construtiva, mais aberta, mais cooperante e muito mais nobre. Parece-me que foi esse o sentido das suas palavras. Tenho que a felicitar por isso, porque também tenho essa ideia. Senhora Presidente, deixe-me fazer-lhe um segundo reparo: a Senhora Presidente não precisa de se reunir com os grupos municipais. A Senhora Presidente tem que arranjar um novo paradigma para este tipo de Assembleia, porquê? Porque as intervenções que foram feitas até ao momento, não acho de todo, que se possa cortar ou dizer para serem mais sucintos. Até a própria retórica do Senhor Presidente da Câmara, é o estilo dele, ninguém lhe vai ensinar para que em vez de explicar uma coisa em dez minutos, a possa explicar em dois. Eu acho, que quando nos desviamos da centralidade, devemos reservar o dia todo para a discussão do que são os pontos das Ordens de Trabalho. Eu até já fui abordado por um elemento da minha bancada que me disse para eu não falar tudo o que tinha para falar, porque senão, não íamos almoçar. Posto isto, eu trago aqui um ponto e ainda bem que o Bruno está aqui. O Bruno Costa disse numa Assembleia anterior que de facto a Cerciaz é uma instituição de há quatro décadas e que vem a desenvolver intervenções meritórias junto de crianças e jovens com deficiência. E as perguntas que o senhor deputado fez, foram no sentido de dizer que sabiam que havia um protocolo que foi denunciado pela Câmara. O Senhor Presidente da Câmara na altura respondeu, e já sabíamos qual era a postura relativamente ao assunto. O facto, é que se estava a falar de um fenómeno de integração social. Esses alunos estavam a ter acessibilidade ao mercado de trabalho, o que continua a ser feito pela Cerciaz nos mesmos moldes que era feito pela Câmara Municipal, e isto é um aspeto que todos nós devemos refletir. A loja social que está no exterior do Mercado Municipal que o Senhor Presidente falou, a chave foi entregue ao Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, assim como o espaço da Escola do Areal/Figueiredo. O que é que nós temos agora? Neste momento não há qualquer tipo de protocolo para ajudar a Cerciaz. Isso é uma coisa que nos deve preocupar a todos. Inclusivamente, há este contrato referente ao Campeonato de Boccia. Já foi feita a inscrição e foram feitas despesas, neste momento não há qualquer protocolo firmado, ao ponto do Senhor Presidente da Cerciaz dizer que não sabe o que é que a Câmara Municipal pensa relativamente a este mesmo protocolo. Eu tenho a certeza absoluta Senhor Presidente, vou dispensá-lo de fazer algumas considerações a isso, porque tenho que Vossa Excelência considera meritório o trabalho da Cerciaz. O que eu quero neste momento é que o Senhor Presidente reflita que tipo de apoio a Câmara pode dar, mas que reflita exatamente na necessidade urgente de auxiliar aquela casa, da necessidade daquela casa sentir que volta a ter no Município um parceiro privilegiado em todas as suas ações. Não é uma crítica pelo que o Senhor Presidente já fez, é um caminho que a mim me parece o mais adequado e que deve ser seguido pelo Município. Portanto Senhor Presidente, eu e a minha Bancada estamos dispostos a colaborar, a prestar um melhor apoio, ou facultar alguma informação no sentido de desbloquear alguma informação, ou algumas coisas que possam estar bloqueadas. Pode acreditar que todos nós estamos na disposição de o ajudar a entrar nesse desígnio, sabendo claramente que Vossa Excelência partilhará da necessidade do apoio à Cerciaz. Outra coisa que queria aqui falar é sobre a

Escola de Fajões. Queria antes de mais fazer aqui um apelo público ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, no sentido de convocar uma Assembleia de Freguesia Extraordinária, ou aproveitar uma Ordinária falando com a Senhora Presidente da Assembleia, para a população de Fajões poder tomar uma posição relativamente à questão das obras. Acho que isto é o mínimo, independentemente daquilo que Vossa Excelência pensa relativamente à posição do Município. Eu acho que a exemplo de outras coisas que aqui tivemos, nomeadamente a questão da pedreira, acho que deve promover um debate na freguesia. Porque isto é uma situação que me preocupa particularmente, e nós não podemos deixar cair isto. Porque esquecemo-nos, as coisas vão passando, é mais um ano, mais um ano, mais um ano... Eu próprio falei com o Prof. Camilo antes de fazer qualquer tipo de intervenção, e perguntei o que é que ele achava desta posição da Câmara Municipal. Vou-me dispensar de dizer que existe um protocolo, existe um contrato firmado com o Estado Central que diz, expressamente, e de forma clara para que são os 3 milhões de euros. O que o Prof. Camilo não entende e eu não fui capaz de lhe explicar, é como é que a Escola de Cucujães também não pertence ao domínio municipal, pertence ao domínio do Estado Central e é requalificada com um montante superior àquele que está protocolizado, enquanto a Escola de Fajões não recebe um cêntimo. Quando ele me fez essa pergunta eu não sabia o que responder. Ele voltou a questionar-me, porque eu devia saber, afinal tinha estado na Assembleia. Eu respondi que era uma opção política. Não deixa de ser também uma opção jurídica, porque de facto há aqui um protocolo e ele tem que ser cumprido, na minha perspectiva. Ou então o Senhor Presidente diz à Central “ os senhores deram-me um milhão e meio para uma escola, e outro milhão e meio para outra que está degradada e para a qual são necessários 4.5 milhões. Ou invisto esse valor, ou não invisto nada.” E pede autorização para alocar aquele dinheiro ao Parque Municipal. Antes de fazer qualquer coisa Senhor Presidente, fale com o Estado Central, diga-lhe o que é que pensa e o que pretende fazer para depois não termos surpresas. O que o Prof. Camilo me disse, foi que de facto não houve uma migração de alunos tanto quanto esperado. Relativamente ao ano anterior a escola apenas perdeu dezasseis alunos sendo que existiu, segundo ele, famílias emigrantes que voltaram a Portugal e se inscreveram na escola. Mas também me manifestou a preocupação, de que muitas das famílias que se inscreveram na escola lhe perguntaram até quando é que subsistiria aquele estado degradativo da escola e o que é que ele faz para aliviar esse tipo de situação. Ele manifestou ainda preocupação pelo seguinte: muitos professores que em situações normais continuariam na escola por proximidade de casa, facilidade de acesso, questões familiares, pessoais e/ou sociais, hoje em dia estão a pedir movimentação exatamente porque acham que a escola não tem condições para exercer de forma cabal o ato de ensino. Está aqui o Prof. Manuel Alberto, a Escola Ferreira de Castro é uma escola excelente, a Escola Soares de Basto é excelente e eu convidaria todas as pessoas que fazem parte deste processo a visitarem a Escola de Fajões. Porque se forem à Escola Soares de Basto e depois forem à Escola de Fajões é uma diferença... Eu tinha muito mais a falar. Senhor Presidente, não lhe fica mal arrepiar caminho. Na situação da Cerciaz tenho a certeza absoluta que Vossa Excelência estabelecerá um

protocolo e a situação voltará ao normal. Mas a decisão quanto à Escola de Fajões, mais uma vez lhe digo, não lhe fica mal arrear caminho e estabelecer diálogo e contacto com as pessoas no sentido de dotar a escola, se não for 1.5 milhões euros é com 1 milhão de euros para terem melhores condições. Tal como referiu o Senhor Secretário, quanto melhores condições de vida tiverem as nossas crianças, melhores condições de vida nos proporcionarão. Muito obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== “De facto, há coisas que não mudam. Senhor Deputado Fernando Pais; na oposição no PS, ou no Partido Social Democrata, o seu estilo continua absolutamente coerente. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e, naturalmente, na pessoa do Senhor Presidente de Junta de Ossela – Senhor José Santos. Permitam-me também que invoque o anterior Presidente de Junta que faleceu este ano, o Senhor José Alves que foi companheiro destas assembleias municipais durante muitos anos. Senhora Presidente, estou absolutamente certo de que a gestão de tempo é fundamental nestas assembleias, mas também estou absolutamente certo que esta é a forma e o caminho. Voltamos a ter assembleias municipais participadas, descentralizadas, e pela primeira vez comprometemo-nos no período de um mandato a percorrer todas as freguesias. Isto retira-nos do ambiente a que muitas vezes ficamos presos e dá-nos contacto com as pessoas, ainda que o esforço que é pedido a cada um de nós, três vezes por ano, seja mais do que seria expectável. Estou certo que cada um de nós está também capaz de o fazer. Nesse sentido, concordo em absoluto, há coisas que mudaram na oposição e na situação deste concelho. A primeira coisa, e no seguimento das suas palavras, mudou a forma como gerimos estas assembleias, e permitam-me que lhes diga, mudou a forma absolutamente cortês, cordial e elegante como passou a tratar a oposição. Uma coisa que até aqui não acontecia, sentimos isto muitas vezes na pele. Não acho que isto seja um mérito, acho que isto é o mínimo e que este é o caminho, é assim que continuaremos a fazer. Posto isto, há também outra coisa que mudou Senhora Presidente, e ainda bem para o concelho de Oliveira de Azeméis. Tal como prometi Senhor Presidente da Câmara, na tomada de posse desta Assembleia Municipal, acabaram as laudes ao Executivo, nunca mais o fizemos e felizmente outros também nunca mais o fizeram. Pela primeira vez no concelho de Oliveira de Azeméis, no último ano, todos os problemas foram sendo elencados, nunca Oliveira de Azeméis teve tantos problemas, nunca se falou tanto dos problemas de Oliveira de Azeméis e das formas de os resolver como neste ano. Isso é uma conquista e uma vitória desta Assembleia Municipal. É uma conquista e uma vitória deste mandato e de todos nós, onde naturalmente incluo todos os partidos e pessoas que exercem poder. Isso Senhor Presidente, se não fosse pouco, deixar-nos-ia com muito orgulho no caminho que temos vindo a traçar e do qual não arrearíamos caminho. É sobre os problemas de Oliveira de Azeméis que temos que falar e sobre as soluções. Naturalmente que as soluções nos vão divergir. Mas os problemas, finalmente são reconhecidos por todos e portanto esse é o caminho que vamos continuar. Dito isto, há um assunto que acaba por ser transversal a muitos dos problemas que foram centrados nesta Assembleia, apesar de

parecer muitas vezes distante e que tem a ver com um dos grandes pacotes que fizemos nos últimos anos, que é a descentralização. Nos últimos meses, o país vem discutindo um processo alargado de descentralização de competências do poder central para o poder local depois de um acordo entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista em abril deste ano. A discussão pública limitou-se a saber quem apoia e quem avança mais do que a reflexão com densidade sobre alterações que podem ter um impacto real na forma como gerimos o território e a qualidade dos serviços públicos que oferecemos. Algumas das discussões de hoje, por exemplo, relativamente à Escola de Fajões são consequência de um processo político de descentralização interior que em muitas coisas correu mal. O Governo através do Ministério da Administração Interna ficou mais preocupado em saber quantos municípios aderem ou não aderem, que competências querem ou não, agora ou daqui algum tempo. A Assembleia da República ficou preocupada em aprovar os diplomas setoriais do Governo ultrapassando o que realmente teria importado, forçando uma reflexão profunda, com tempo, que envolva transversalmente as partes, mas sobretudo a sociedade civil. Uma reflexão que permita no que antecipadamente é possível antever qual possa ser o impacto de uma alteração à forma como entendemos gerir os serviços públicos que oferecemos. Publicamente, não posso deixar de o afirmar quaisquer que sejam os protagonistas e os responsáveis, que no modo e na forma, não nos movemos das opções e certamente perdemos já uma boa oportunidade enquanto país de fazer diferente. Reformas deste tipo, não se deixam em simples acordos de cavalheiros e muito menos a sua discussão deve ficar limitada à produção legislativa, como se tudo fosse apenas uma questão de redação da lei. Seguramente não o é. Noutros moldes, já tive oportunidade de o dizer que não renovamos com isto os três D's de abril. Hoje fala-se em compropriedade, em descentralizar, desconcentrar, deslocalizar como se fossem mais ou menos a mesma coisa. Fala-se de descentralização administrativa e de descentralização política como se discutíssemos a mesma realidade, de todo não o são. No abstrato ninguém é contra de aproximar decisões e gerar eficiência, não percamos pois tempo a justificar o óbvio quando a discussão não parece que vá por aí. Se é este o enquadramento, naturalmente somos todos favoráveis no abstrato a políticas de descentralização. Na defesa estrita dos interesses do nosso concelho e na reflexão da sua realidade e do seu contexto, e na definição que do que deve ser o seu futuro, pouco nos deve importar os diretórios políticos e seguramente não serão eles a refletir por nós e a tomar as decisões que todos entendemos mais adequadas para Oliveira de Azeméis. Estou certo, que neste ponto, sem exceção, todos nos acompanham. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia, enquanto o país aguarda a produção e a conclusão de diplomas setoriais para o processo de descentralização, seja ela qual for, não podemos deixar de ir promovendo entre nós uma discussão fértil e saudável sobre o assunto. O Partido Socialista em Oliveira de Azeméis, e estou certo que todos os outros, têm a disponibilidade total e não deixará de o fazer e promover, mas há duas questões centrais que limitam e dificultam este debate, algumas foram sendo afloradas hoje. Em primeiro lugar, parece totalmente desajustado dissociar processos de descentralização de processos de reorganização territorial. A reorganização das freguesias que

promovemos em 2013 é um exemplo claro e recente. Substancial ou tão pouco, eventualmente permitiu poupar qualquer coisa financeiramente, mas seguramente, não trouxe qualquer proximidade ou eficiência aos cidadãos. Hoje, Portugal move-se numa organização de responsabilidades difusas que mistura órgãos eleitos com órgãos colegiais, órgãos políticos com entidades administrativas, numa organização de complexa articulação e ininteligível para o cidadão. Mais de 3 000 freguesias, 308 concelhos, duas áreas metropolitanas, vinte e uma comunidades intermunicipais, dezenas de associações de municípios estão praticamente regionalizados na educação e na saúde. Temos cinco comissões de desenvolvimento regional que gerem milhões de milhões com muita arbitrariedade, muitas vezes, de fundos comunitários que são estruturantes para o desenvolvimento do território. Em segundo lugar, não podemos defender uma descentralização porque gera proximidade e eficiência, e em simultâneo promover quadros administrativos que geram tudo menos eficiência. Que são milhões de ação dos municípios e acima de tudo que desconfiam da seriedade dos órgãos e dos seus eleitos. Falo sobretudo do novo código do processo administrativo que entrou em pleno este ano de 2018. Um verdadeiro atentado à eficiência dos serviços, à sua agilidade e autonomia, repare-se que no mesmo ano e no mesmo país, o mesmo Governo, por acordo das principais forças políticas conseguiu promover uma política administrava que desconfia da seriedade dos gestores públicos ao impor regras de execução que na prática geram uma ineficiência em termos de processos infundáveis, e ao mesmo tempo promovemos e discutimos uma política de descentralização para os órgãos sobre os quais desconfiamos, a quem obrigamos a desenvolver processos e ajustes diretos para meia dúzia de euros, a quem obrigamos a uma sujeição ao Tribunal de Contas, não por questões técnicas ou orçamentais, mas muitas vezes de opção política. Basta pensar por exemplo no anacronismo destas assembleias municipais e da palestra de hoje em alguns pontos da Ordem do Dia, será um excelente exemplo. Ganharíamos mais, e de imediato, o país ganharia em tudo se deixarmos de aprovar posturas de trânsito, compromissos plurianuais entre os mesmos mandatos e outras tantas medidas vazias de sentido político, porque são meramente gestão do que iniciar um processo de descentralização em cima de uma camada enorme de burocracias e ineficiência. Caríssimos, não devemos aceitar, como nenhum cidadão deve de aceitar que nos achem menos capazes de discutir e de perceber o que está em causa. Muito menos que intendamos a urgência e a rapidez de processos que devem ser muito maturados. Descentralização, desconcentração e deslocalização parecem, mas não são a mesma coisa. Tal como centralização, regionalização ou municipalização não são o mesmo. O Partido Socialista de Oliveira de Azeméis fará chegar aos órgãos competentes e àqueles que possam promover e facilitar a discussão todas estas preocupações. Não só aos órgãos próprios do partido pelo qual fomos eleitos, mas também aos diferentes órgãos de soberania e aos seus responsáveis. Senhor Presidente da Câmara, obtivemos a oportunidade de dizer a executivos anteriores, a prepósito de outras medidas de descentralização, conta Vossa Excelência com o apoio do Partido Socialista para promover uma reflexão com densidade sobre estas matérias. Contará igualmente Vossa Excelência com o Partido Socialista para defender com vigor o

melhor para este concelho, nem podia ser de outra forma, qualquer que seja o quadro nacional, as opções de outros municípios ou do partido pelo qual fomos eleitos. Obrigado.” =====
===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====
===== *“Muito obrigado Senhora Presidente. Só dar um esclarecimento que, se obviamente pretenderem eu posso ser muito mais conciso nas minhas respostas. Mas vocês compreenderão também que as explicações que dou têm a ver com o respeito que me merecem as pessoas que as colocaram e para o público ficar elucidado da forma mais objetiva possível. Vocês compreendem que há questões cuja complexidade obrigam a uma resposta um pouco mais demorada que aquilo que pretendemos. E quando eu respondo a várias pessoas ao mesmo tempo, faço-o precisamente pela questão de economia de tempo, porque várias pessoas abordam questões semelhantes, ou até o mesmo problema, assim faz sentido que nós tenhamos na mesma intervenção a possibilidade de responder a várias questões ou pessoas. Mas se quiserem que esta tipologia se altere, naturalmente eu estarei aqui para obedecer àquilo que vocês determinarem. Em relação à intervenção do membro da Assembleia **Bruno Costa** sobre a gestão das escavações que andamos a fazer nos nossos castros, isto digamos que é a continuação do trabalho que vinha sendo feito no passado. Estamos a fazê-lo pelo quarto ano consecutivo. No caso concreto das escavações que estamos a fazer em UL, aquilo que nós pretendemos é perceber se existe uma abertura na muralha de limitação da plataforma onde estava instalado o povoado e também estudar os materiais que foram removidos para perceber as estruturas que existem nos locais. Portanto, aquilo que estamos a procurar fazer é perceber mais e cada vez melhor, as estruturas que lá temos para darmos os passos que devemos, no sentido da sua preservação e promoção. É evidente que o trabalho que estamos a fazer é algo insipiente, porque é preciso que se faça um bom tratamento dos achados, é preciso que se tenha uma estratégia objetiva de planeamento dos trabalhos de escavações, na pedagogia que podemos fazer nos diferentes locais e que tenhamos a capacidade de nos socorrermos do conhecimento das instituições ligadas à arqueologia no sentido de termos o apoio técnico, que é fundamental para trabalhos com este nível de especificidade. Estamos a estudar alguns aspetos que pretendemos ver esclarecidos no sentido de consolidarmos um conjunto de informação que já tínhamos. Agora, convenhamos que temos que dar passos no sentido de adquirir esses terrenos, de os proteger e proteger as estruturas que lá existem procurando limitar, e isso está previsto na lei, as intervenções que lá se fazem ou nas imediações desses espaços, como sabem aconteceram coisas no passado que têm prejudicado o acervo arqueológico que lá se encontra. Em relação à intervenção do **Prof. Albino Martins**, bom, eu quando falei sobre o regulamento de atribuição de subsídios fui claro. Este regulamento visa definir critérios para os subsídios que vinham sendo atribuídos. Eu sei que o regulamento no passado existiu, o que não deixa de ser estranho é que ele tendo qualidade e tenha sido abandonado pelos próprios. Portanto, aquilo que nós percebemos é que esse regulamento não foi aplicado nos últimos mandatos, houve a promessa de um regulamento, e esse regulamento nunca apareceu apesar de nos ter sido dito várias vezes*

que estava a ser concluído. O que é facto, é que nunca aconteceu e agora temos aqui um regulamento com todas estas fragilidades e com todo este virtuosismo que eu aqui referi. Ou seja, reconheço que é um regulamento que disciplina os critérios da atribuição de subsídios, são claros para todos agora e pode receber contributos de todos para melhorias. Em relação àquilo que eu disse das parcerias que vinham sendo feitas no Caracas, eu nunca disse que nunca tinham sido feitas. O que eu disse foi uma coisa diferente, disse que nos últimos mandatos não foram feitas, foi abandonada completamente a questão das parcerias. Houve uma opção que tenho que respeitar, é uma opção tão meritória como outra qualquer, esta é a nossa. Deixe-me dizer-lhe duas notas muito breves em relação aos acessos à zona industrial. É evidente, que quando eu estou a falar em criar um acesso, estou a falar em criar um acesso que vá ligar à variante. Isso passa, naturalmente, por criar vias de acesso, quer no sentido nascente/poente, quer no sentido poente/nascente e é claro que não vamos fazer uma passagem para o outro lado da estrada sem criarmos condições de acessibilidade. O que se pretende é, em termos de estratégia industrial futura, apostar no desenvolvimento e na ampliação daquela zona industrial. O acesso que preconizamos é um contribuinte ativo para potenciar esse desenvolvimento industrial. Não somos nós que queremos este acesso. São as próprias Infraestruturas de Portugal, e mais importante do que isso, são os empresários. São precisamente os empresários, os investidores e as empresas que se pretendem instalar no local que dizem que não o fazem enquanto não tiverem um acesso condigno, e quando se explica o acesso que estava preconizado e a solução que estamos a procurar atualmente, é evidente que eles não têm a menor dúvida. Como não tiveram nenhuma dúvida quatro responsáveis das IFP quando estiveram em cima do pontão comigo, e a quem foi mostrada a solução que está prevista e a que estamos a defender. Eles foram absolutamente claros, não só em relação a aspetos económicos, mas sobretudo em termos de estratégia futura para a zona. Não tenha dúvidas absolutamente nenhuma em relação a isso, porque eu também não tenho. Portanto, se for possível a realização de um acesso que permite que conjunções de 100/150 metros de viaturas pesadas, e que elas possam entrar e sair da zona industrial, seja com matérias-primas, seja com produtos finais, em vez de terem que fazer um quilómetro ou um quilómetro e meio, eu não tenho dúvidas de qual é a melhor solução. E quando estamos a falar de desviar esse trânsito pesado do interior da população, então reforço ainda mais a importância de encontramos uma solução melhor do que esta que esteve inicialmente. Vamos esperar quanto tempo? O tempo que for necessário para que tomemos a melhor decisão. Porquê? Porque temos ao longo dos anos tomado um conjunto de decisões que hipotecam o nosso futuro, e não podemos cometer erros quando estamos a falar por ventura daquilo que é o maior potencial do nosso concelho. Vamos seguramente dar um passo certo nesta matéria, não só nesta zona industrial, mas também em todas as outras. Datas no Caracas, obras e previsões: As obras no Caracas estavam previstas arrancar no segundo semestre deste ano. Deixe que lhe diga o seguinte em relação ao Cineteatro Caracas: o que estava feito em termos de projeto era zero, não estava rigorosamente nada feito. Portanto, estão a ser desenvolvidos os projetos de arquitetura, de engenharia e todos os projetos de especialidade,

*sendo que os projetos de especialidade não estava nenhum contemplado. Questões que têm a ver com a especificidade do investimento, questões ligados ao som, ao vídeo, às mecânicas. Nada disto estava previsto, e não estando previsto obrigou à reformulação substancial dos projetos que tinham sido inicialmente desenvolvidos. E quando introduzimos as características que têm a ver com aquele equipamento tiveram que haver alterações arquitetónicas e de engenharia. Para além disso, aquilo que tinha sido projetado em relação ao número de cadeiras para o espaço, foi uma redução grande de assentos e depois viram que estavam mal dimensionadas, obrigando o uso de cadeiras por medida para alcançar condições de conforto e que encareceriam a obra. Fez-se um trabalho enorme com uma empresa local, a quem eu tenho que agradecer, tem manifestado uma disponibilidade e uma generosidade extraordinárias e que inclusive nos arranhou uma solução para o gabinete de arquitetura poder incluir no espaço cadeiras standard que são muito mais baratas, reorganizando integralmente aquilo que eram as funcionalidades de corredores de evacuação, etc. um trabalho extraordinário feito por uma empresa oliveirense e não por um gabinete de arquitetura prestigiado. Foi dado um prazo na última reunião que tive com as equipas envolvidas no projeto, para que os projetos sejam entregues até dia 31 de outubro. O último projeto com que avançaremos será de acústica, muito complexo e que só poderá ser feito depois de conhecermos os equipamentos e os revestimentos que lá vamos ter, ou seja, fiquei a perceber que a acústica é de tamanha complexidade que tudo interfere na sua qualidade. Depois o visto do Tribunal de Contas, depois segue-se um concurso público, estes prazos demoram muitos meses, aquilo que nós esperamos é termos condições para arrancarmos com as obras no primeiro trimestre de 2019. Como percebe isto perturba também o trabalho das pessoas que têm a responsabilidade de fazer o agendamento de espetáculos para o espaço. O ponto de situação é este, espero que no primeiro semestre de 2019 tenhamos condições para avançarmos com a obra depois de ultrapassadas todas as burocracias que envolvem estes processos. Em relação à intervenção da **Senhora Presidente da União de Freguesias, Susana Mortágua**, não tenho nada a dizer. A INDAQUA efetivamente faz intervenções no espaço público, nós não temos um regulamento de intervenção e ocupação do espaço público que regule de forma clara essas coisas, não temos a figura da caução, ou seja, nós não protegemos com a caução correspondente à natureza das obras que vão ser realizadas no sentido de que se as mesmas não forem bem executadas, possamos com essa caução repor a realidade das coisas. Aquilo que temos é por um lado pedagógico e por outro lado um trabalho de pressão no sentido de que as coisas sejam feitas. Só quero lembrar que aquilo que está previsto, é que a INDAQUA só é obrigada a repor 20cm para cada lado da obra. Significa isto que muitas das aberturas que são feitas obrigariam pelo menos à reposição de meia faixa de rodagem, para que tudo ficasse em condições e isso não acontece.”* =====

*===== De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o tempo utilizado pelos intervenientes no “Período Antes da Ordem do Dia”, a saber: PSD, 39 minutos e 37 segundos; PS, 22 minutos e 12 segundos e o CDS/PP, 16 minutos 12 segundos. ==*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== *Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

===== ***Ponto um: Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 30 de junho de 2018;** =====*

===== *Presente para aprovação a ata n.º 6 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 30.06.2018. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Colocada à votação, a ata n.º 6 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.06.2018, foi aprovada por unanimidade. =====*

===== ***Ponto dois: Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9º da Lei n.º33/98, de 18.07;** =====*

===== ***Ponto três: Designação de cidadão/ã para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, em substituição de Ana Neves;** =====*

===== *Pela CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, foi presente o documento de informação da alteração da composição da Comissão. =====*

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

===== *“A cidadã Ana Neves apresentou a sua indisponibilidade para continuar nesta Comissão. Assim sendo e seguindo os procedimentos, a CPCJ fez-nos chegar a informação de que a cidadã Diana Semblano foi designada para integrar a Comissão e substituir Ana Neves.”*

===== ***Ponto quatro: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;** =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas, assim como a situação financeira do Município. =====*

===== *A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *“Obrigado Senhora Presidente. De forma muito breve, temos aqui um relatório semestral, este relatório avalia o segundo semestre de 2017. Na prática o que podemos retirar daqui, neste momento, é que em setembro de 2018 nós devemos 1.2 milhões de euros a fornecedores; está aqui elencada a listagem e também tem um conjunto de informação que avalia o desempenho e situação financeira do Município no segundo semestre de 2017, o que não deixa de ser um pouco paradoxal porque já aprovamos as contas de 2017. O que é que acontece? A Sociedade de Oficiais de Contas tem que analisar e submeter este relatório na Assembleia Municipal seguinte. Estes relatórios aparecem quase sempre muito desfasados no tempo. Estamos quase no final do ano de 2018 a falar do segundo semestre de 2017. Qualquer questão que queiram ver esclarecida, cá estaremos.” =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *A Assembleia Municipal apreciou da referida informação. =====*

===== ***Ponto cinco: Pedido de criação de um lugar de estacionamento para deficientes motores no Bairro de Lações – Rua Dr. Silva Lima – Oliveira de Azeméis - Aprovação;** =====*

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - Que, na alínea a) do número 2, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir locais de estacionamento gratuito para veículos de cidadãos deficientes. - O pedido registado no E/23072/2018 para um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. Propõe-se: a. Que seja criado: 1 lugar de estacionamento para deficientes motores junto ao lugar com a mesma função, existente perto do bloco B3 para aproveitamento da faixa de acesso lateral, na Rua Dr. Silva Lima em Lações. b. O lugar para deficientes motores deverá ser identificado com marcação horizontal através Símbolo universal da Acessibilidade e o sinal vertical existente ser localizado de modo a sinalizar os dois lugares. c. Ser executada rampa para o passeio na faixa de acesso lateral comum aos dois lugares. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Os considerandos são suficientemente explicativos. A lei diz que entre 26 e 100 lugares temos que ter pelo menos três lugares para deficientes. A rua tem 60 lugares, portanto faz todo o sentido concedermos mais este lugar.” =====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====
 ===== **Ponto seis: Alteração da Postura de Trânsito da Avenida César Pinho, em Oliveira de Azeméis – Aprovação;** =====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - A experiência tida durante estes quase dois anos com a manutenção de sentido único (Nascente – Poente) da Avenida Cesar Pinho após a aprovação da Postura de Trânsito de Oliveira de Azeméis, aprovada em Assembleia Municipal a 19/02/2016; - Considerando a opinião / reclamação dos comerciantes sitos na Avenida António José de Almeida desde o cruzamento com esta Avenida, que consideram terem perdido muito movimento com a eliminação do sentido Poente – Nascente na Avenida Cesar Pinho, existente antes da postura de trânsito atual; - A inexistência da pressão no entroncamento junto ao Caracas uma vez que o trânsito na Avenida com destino ao IC2 atualmente é desviado em duas

saídas antes, pelo que não se vislumbra o constrangimento existente no passado. - Afigura-se mais conveniente alterar o sentido único da Avenida Cesar Pinho para os dois sentidos de trânsito, conforme se encontrava na anterior postura de trânsito de Oliveira de Azeméis. Propõe-se: a. Repor os dois sentidos de trânsito na Rua Avenida Cesar Pinho, anexando esta alteração à atual Postura de Trânsito aprovada em AM de 19/02/2016; b. Retirar os balizadores de borracha existentes junto ao cruzamento com a Rua António Alegria de modo a dar continuidade ao fluxo de trânsito (sentido Poente – Nascente), proveniente da Rua Manuel Brandão; c. Retirar o estacionamento existente do lado Sul da Av. Cesar Pinho; d. Sinalizar vertical e horizontalmente de acordo com a nova postura de trânsito desta avenida. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== “Esta é a rua que passa em frente à Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Neste momento tem só o sentido nascente/poente que se justificou em determinado enquadramento e objetivo, na altura como se descia a Rua Eça de Queirós e agora sobe. Agora deixamos de fazer o atravessamento da Rua António José de Almeida, os comerciantes têm vindo a manifestar essa preocupação. Eles são prejudicados pelo facto de não ser possível a partir da rotunda da churrasqueira seguirem em frente e voltar à Rua António José de Almeida. Eu não estou a ver nenhum problema nisto, a não ser a alteração das posturas de trânsito e a alteração da consolidação nos hábitos das pessoas. Parece-me que a eliminação daqueles pinos e permitir que o trânsito volte a passar nos dois sentidos faz sentido.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins. =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD.** =====*

===== “Senhora Presidente, muito obrigado. Sobre este ponto temos o seguinte entendimento: em relação a esta alteração e em relação à que fizemos na Avenida Humberto Delgado, eu não sei qual é a melhor solução. Eu não sou técnico de trânsito. Poderá ser melhor, poderá ser pior. O que eu tenho a certeza é que estas mudanças frequentes, o Senhor Presidente acabou de o dizer, é que não são a melhor solução. Nós tivemos o exemplo de quando fizemos as alterações a quantidade de acidentes que se sucederam. As coisas estabilizaram e deixou de haver acidentes e com esta alteração vamos ter outra fase de acidentes até que as pessoas se habituem. A segunda questão é que entendemos que todas estas alterações de trânsito devem vir antecedidas não só da reclamação (normalmente pontual), mais do que isso, havia uma Comissão Municipal de Trânsito (não sei se ainda há) e que deu um parecer no sentido daquilo que foi feito. A Rua Eça de Queirós nessa altura já subia, não houve mais alterações depois

disso, o que foi feito foi tirar a confluência do tráfego junto do Caracas e do Perdigão, um local muito conflituoso e com um número elevado de acidentes. O que me parece que está mal são as frequências com que se fazem estas alterações todas e por isso vamo-nos abster.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Têm aqui uma informação técnica do Gabinete de Sinalização e Trânsito da Câmara Municipal que justifica a alteração que estamos a promover. Os técnicos são os mesmos, mas eu espero que eles possam evoluir. Cometemos muitos erros no passado, alguns também determinados por más avaliações técnicas. Entretanto, na Avenida António José de Almeida foram feitas elevações e que limitaram muita velocidade a que se circulava na avenida. O exagero dessa velocidade é que muitas vezes originava acidentes. Não temos tido registo de acidentes substanciais, o que não quer dizer que eles não aconteçam, mas esperamos que esta alteração não contribua para o aumento de acidentes. O que esperamos é que seja uma alternativa para o aumento da fluidez de trânsito e que seja também um estímulo também para os comerciantes que perdem todo o trânsito que se dirige para sul do concelho. Passa assim a existir uma alternativa para quem se queira dirigir a esses estabelecimentos sem terem que vencer um quarteirão para chegarem lá. Eu também não sou adepto de andarmos constantemente a alterar as posturas de trânsito, mas isso não nos pode inibir de corrigirmos coisas que achamos que não estão bem.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - a favor: dezassete (17) votos do PS, três (3) votos do CSD/PP; - abstenções: nove (9) votos do PSD. =====

===== **Ponto sete: Sinalização vertical para a Rua da Cabine, S. Roque – Aprovação;** =
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - Evitar que os automobilistas circulem no sentido inverso ao trânsito na Rua da Cabine e que sejam informados que o Beco da Cabine não tem saída; Propõe-se: a. Sejam colocados dois sinais verticais no início / fim do Beco da Cabine no entroncamento com a Rua da Cabine, sendo: - Colocado no início, o sinal H4 – Via pública sem saída; - Colocado frente à saída do Beco da Cabine, o sinal D1e – Sentido obrigatório à direita. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 “Julgo que é suficientemente explicativo o que está aqui proposto que é a colocação de dois sinais verticais (um de via sem saída e outro de sentido obrigatório à esquerda) no Beco da Cabine, uma sugestão apresentada por um munícipe e validada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, portanto estamos em condições de submeter à vossa consideração esta aprovação.” =====

=====
 Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
Ponto oito: Sinalização vertical para a Rua Visconde Almeida Garrett, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

=====
 Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - Evitar o estacionamento de veículos numa rua cujo perfil é exíguo e se quer segura para quem circula nela. Propõe-se: a. Que seja aprovado a colocação de um sinal C15 – Estacionamento proibido, no início da Rua Visconde Almeida Garrett em Oliveira de Azeméis. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

=====
 A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 “É uma situação semelhante à anterior. Se tiverem alguma dúvida estou aqui para esclarecer.” =====

=====
 Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
Ponto nove: Pedido de sinalização vertical para os entroncamentos com as Ruas José M.ª Pinto, N.ª S.ª Nazareth e Pedro M.ª da Fonseca – Santiago de Riba-Ul – Aprovação;

=====
 Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete decidir prioridades de circulação de trânsito a fim de evitar acidentes; - Os pedidos registados nos E/33352/2018 e E/33544/2018 dos munícipes Marco Formigal e João Oliveira, para colocação de sinalização que dê prioridade às vias mencionadas. Propõe-se: a. Que sejam aprovados 3 Sinais de Cedência de Passagem) B1: - na Rua da Giesteira no entroncamento com a Rua José Maria Pinto; - na Rua de S. Miguel no entroncamento com a Rua Pedro Maria da Fonseca; - na

Rua Álvaro Godinho Costa no entroncamento com a Rua Pedro Maria da Fonseca. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *“Esta é a rua que liga a EN1 à rotunda Ferreira de Castro, tem vários entroncamentos/cruzamentos sem sinais de STOP.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez: Prioridade de passagem na Rua da Vidigueira – Loureiro - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido registado no E/13973/2018 do município António Figueiredo e Silva. - Prevenir acidentes e danos nos telheiros das habitações no troço em que esta rua apresenta um perfil insuficiente para a passagem de dois veículos pesados em simultâneo; Propõe-se: Que seja aprovada a colocação de dois sinais B6 - Prioridade nos estreitamentos da faixa de rodagem -, sendo um colocado no sentido Nascente - Poente após o cruzamento com a Rua da Londreira e o outro, no sentido Poente - Nascente antes 150 m. do entroncamento com a Rua do Freixo. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *“Esta é a rua que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Loureiro falou há pouco, uma rua onde circulam veículos pesados que quando se cruzam danificam os beirais das casas, porque a rua é estreita. O que estamos a fazer é colocar dois sinais de prioridade nos estreitamentos das faixas de rodagem, para garantir que só passa um veículo de cada vez.”* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram inscrições.* =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: Pedido de Isenção de pagamento de taxas, no valor de 2352,39€ – Aprovação;** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Reagende-se a proposta registada sob o I/9484/2018, para deliberar remeter à Assembleia Municipal.”*=====

=====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*“Na prática pretendemos que esta empresa não seja prejudicada por um erro da autarquia. Esta empresa adquiriu um lote na Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, as plantas que lhe deram estavam erradas. O que é que acontece? Quando a empresa ia iniciar o processo de construção percebeu que a área do lote era diferente da área que lhe foi disponibilizada nas plantas que lhe foram apresentadas. Portanto, teve que ser ele a desenvolver o processo de alteração do loteamento no sentido de implementar a área que pretendia. A partir do momento em que é ele a entidade, ele tem taxas a pagar no valor de 2352,39€ e nós achamos que seria errado penalizar duplamente o município por um erro que é da nossa responsabilidade.”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto doze: Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara – Aprovação;***=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de São Martinho da Gândara, (E/23482/2018), em que solicita o apoio para as obras no edifício da junta; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das*

populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng. Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Propõe-se:- A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo de Apoio Financeiro celebrar com a Freguesia de São Martinho da Gândara (em anexo), com o compromisso de fundo disponível número 1529/2018, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.”=====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara apresentou-nos um pedido de apoio para um conjunto de obras que pretende realizar na sede da Junta de Freguesia. Foi-vos disponibilizada a informação sobre a natureza das obras, os valores envolvidos, estamos a falar de 34 000€ mais IVA, e a Câmara decidiu apoiar essas obras. São, sobretudo, para resolver problemas de infiltrações, casas de banho para deficientes, pisos, para a adequação do espaço para as atividades que pretendam. Entendemos apoiar essas obras com 20 000 €.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Albino Martins e António Silva. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PS.** =====

===== “Não temos nada contra, achamos muito bem que a Câmara apoie a Junta de Freguesia nas obras de requalificação da sede que estava a carecer. Mas temos algumas dúvidas, porque a requalificação vem a propósito do aluguer que a junta quer fazer de um espaço que era ocupado pelo antigo posto médico. Temos também algumas dúvidas sobre a legalidade de processo de aluguer. Independentemente disso, podemos estar errados, mas interpretamos assim... fazendo o trabalho de casa e olhando para os documentos vemos o elencar de um conjunto de obras que são especificamente para o espaço que vai ser alugado pela empresa. Depois vemos no contrato uma cláusula onde diz que se não for renovado o contrato após seis anos, a empresa vai reaver o investimento que fez em obras. Então há aqui obras feitas pela empresa elencadas pela Junta. Independentemente do apoio ser o mesmo, há aqui algumas coisas que nos levantam reticências e por isso não estamos em condições de votar favoravelmente. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara – António Silva.** =====

=====
 ===== “Boa tarde, sintam-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. O edifício da Junta de Freguesia necessita de obras há bastantes anos. A Junta nunca possuiu nem possui verbas suficientes para fazer essa reabilitação. Convido todos sem exceções, a visitarem a Junta e verem as infiltrações a nível do Posto CTT, ao nível do telhado em geral, que estão a danificar o elevador e todo o teto. Aliás, eu enviei fotografias para a Câmara Municipal para poderem ver que o telhado no hall de entrada vai ter que ser totalmente substituído. Sempre que pedimos apoio nunca nos foi cedido e eu tenho assistido ao longo de todos estes anos a protocolos celebrados com outras juntas de freguesia tendo eu também solicitado ajuda para a minha sem sucesso. Há cerca de nove anos que nós (Junta de Freguesia de São Martinho da Gândara) não temos qualquer tipo de apoio por parte do Município de Oliveira de Azeméis. Claro está que estas obras surgiram também na possibilidade de rentabilização do espaço do antigo posto de saúde que se encontra fechado desde 2010. Surgindo essa possibilidade, o arrendatário está a fazer as obras de reabilitação e a Junta, relativamente àquele espaço, só vai cooperar na reabilitação da casa de banho para deficientes. As obras, como poderão ver nos documentos, têm um custo de 34 000€ e como podem entender, esse valor não cobre as obras do posto de saúde. As obras do antigo centro de saúde serão da responsabilidade do arrendatário. A Junta iniciará as obras, se esta Assembleia assim o entender, pelo telhado e pelo piso da varanda que terá que ser feito de raiz. Posteriormente, aproveitaremos para construir uma garagem e a compra de um trator, que tem a ver com o último protocolo celebrado com a Câmara Municipal e que até hoje não está terminado. É disto que se trata, espero ter sido claro e esclarecido qualquer dúvida. Espero o vosso voto positivo, muito obrigado.” =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

=====
 ===== “Senhora Presidente, não tenho nada a acrescentar. Nós desconhecemos o teor dos assuntos discutidos em Assembleia de Freguesia, a nós chegou o pedido de apoio com a devida fundamentação. Foi com base nessa fundamentação que decidimos atribuir o subsídio.”

=====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: -a favor: dezasseis (16) votos do PS, três (3) votos do CDS/PP, um (1) voto do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Loureiro, um (1) voto da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e um (1) voto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela; - abstenções: sete (7) votos do PSD. =====

=====
 ===== **Ponto treze: Procedimento de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal - Versão final da Proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal à Assembleia Municipal – Aprovação.** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em reunião pública da Câmara Municipal realizada no dia 25 de janeiro de 2018 foi deliberado o início do procedimento de alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM13), por um

período de 6 meses. Em conformidade com a deliberação tomada em reunião pública mensal realizada no dia 28 de junho de 2018, procedeu-se à abertura de um período de discussão pública que decorreu entre os dias 08 de agosto de 2018 e 21 de setembro de 2018, inclusive, tendo sido apresentadas reclamações, observações e sugestões, pelo que, a Proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal sofreu alterações nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 a 6 do Art.º 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT, aprovado pelo Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, findo o período de discussão pública "a Câmara Municipal pondera e divulga os resultados da discussão pública, designadamente através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação". Considerando o supra exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: **1.** Prorrogar por mais 3 meses o prazo de elaboração da Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 6 do Art.º 76.º do RJIGT; **2.** Apreciar e aprovar o "Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública" da Proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal; **3.** Proceder à divulgação, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e da respetiva página institucional da Internet, bem como, através de afixação de Aviso nos lugares de estilo, dos resultados do período de discussão pública, nos termos do n.º 6 do Art.º 89.º do RJIGT; **4.** Remeter a versão final da proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo e nos termos do disposto no Art.º 90.º do RJIGT. Junta, em anexo: Relatório de Ponderação dos Resultados do Período de Discussão Pública. Versão final da Proposta de Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal." =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== "Estamos a fazer alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal, tivemos o Período de discussão pública, obtivemos o relatório final de período de discussão pública, e assim submetemos à vossa aprovação o Regulamento na sua versão final e em simultâneo a pedir a prorrogação pelo prazo de três meses para podermos fazer a devida publicitação." =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de intervenção de Albino Martins. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====

===== "Gostaria de dizer que não temos nada contra, apenas chamamos à atenção de que gostaríamos muito mais que fosse uma revisão completa em vez de uma pontual alteração. O nosso voto favorável é um incentivo para que o quanto antes se desenvolva o procedimento para que tenhamos a revisão do PDM dada a quantidade de pedidos de alterações que sabemos que há. Portanto, votaremos favoravelmente." =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Quero só dar um esclarecimento, não é possível à luz desta alteração do Regulamento do PDM, fazer a alteração geral do plano, que é sobretudo sobre a utilização do uso do solo. Só teremos autorização legal para o fazer em 2020, esperamos ter até lá essa resposta pronta.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

==== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =

===== “Antes de terminar, como é habitual e merecido, quero agradecer todo o esforço e colaboração dos funcionários da Câmara que nos apoiam nestas Assembleias. Devo dizer-vos que desta vez foi enorme. Gostaria mais uma vez de saudar o ambiente democrático que se vive nestas Assembleias. Logo à tarde temos uma Sessão Temática organizada pelo Grupo Municipal do PSD. Peço desculpa por não ter conseguido gerir o tempo como gostaria, e estar a causar-vos este contratempo. Pedia que tentássemos ser rápidos no almoço para que a Sessão da tarde corra da melhor forma, o tema é ótimo. Estão todos convidados para almoçar e para a Sessão Temática. Gostaria que se associassem a mim, para felicitar a Senhora Vereadora Inês Lamego pelo seu aniversário. Parabéns e muitas felicidades. Dou por terminada esta Assembleia. Obrigada.” =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou encerrada a Sessão, eram 14 horas e 23 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.